

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - UNESP CAMPUS DE
FRANCA

EDUARA DE CÁSSIA MARQUES

A MULHER TRANSGÊNERO E O SISTEMA PRISIONAL: VIOLAÇÕES AOS
DIREITOS FUNDAMENTAIS E À IDENTIDADE DE GÊNERO

FRANCA

2022

EDUARA DE CÁSSIA MARQUES

**A MULHER TRANSGÊNERO E O SISTEMA PRISIONAL: VIOLAÇÕES AOS
DIREITOS FUNDAMENTAIS E À IDENTIDADE DE GÊNERO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como parte das exigências para obtenção do título de bacharel em Serviço Social, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Edvânia Ângela de Souza.

FRANCA

2022

M357m	Marques, Eduara de Cássia A mulher transgênero e o sistema prisional: : violações aos direitos fundamentais e à identidade de gênero / Eduara de Cássia Marques. -- Franca, 2022 62 p. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Serviço Social) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca Orientadora: Pro^{fa}. Dr^a. Edvânia Ângela de Souza 1. Sistema carcerário. 2. Transgeneridade. 3. Travesti. 4. Direitos Humanos. 5. Serviço Social. I. Título.
-------	--

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

EDUARA DE CÁSSIA MARQUES

**A MULHER TRANSGÊNERO E O SISTEMA PRISIONAL: VIOLAÇÕES AOS
DIREITOS FUNDAMENTAIS E À IDENTIDADE DE GÊNERO**

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: _____

Prof.^a Dr.^a Edvânia Ângela de Souza - Departamento de Serviço Social da Faculdade
de Ciências Humanas e Sociais - UNESP Campus de Franca – SP.

1^a Examinadora: _____

2^a Examinadora: _____

Franca, _____ de _____ de 2022.

Dedico esse trabalho a todas as mulheres e especialmente às mulheres transexuais e travestis e a todes aqueles(as) que se interessam pelo assunto.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente as Deusas e ao universo.

Segundamente agradeço minha mãe, Silvia e a minha avó Luzia, por me acompanhar até aqui e acreditar mais em mim do eu mesma, tenho muita sorte por ter vocês como base e alicerce, agradeço também a Unesp, ao grupo C.E.L e à toda a minha família e amigos.

Mãe sou muito grata por ter você como amiga e companheira nessa minha trajetória de vida e de graduação, não foi um caminho fácil, mas com certeza sem você eu nunca chegaria aonde cheguei, obrigada por toda paciência, carinho e palavras de incentivo quando eu só queria desistir de tudo, não há palavras que caibam aqui para expressar minha admiração e amor por você.

À minha avó Luzia, obrigada por ter me ensinado e ainda ensinar tantas coisas sobre a vida, sobre o amor, sobre ser forte e guerreira.

À todas as mulheres trans e travestis que conheci em minha jornada de vida, obrigada por tanto, obrigada pela troca e por todos os ensinamentos, vocês sem sombra de dúvida foram a faísca do fogo que acendeu para esse trabalho que não termina por aqui, a luta é grande.

Ao grupo de extensão C.E.L (cárcere, expressão e liberdade) obrigada por todos os momentos, vivências e ensinamentos, vida longa ao grupo, que cada vez mais possamos resistir e ocupar mais espaços, vocês são incríveis!

Às minhas amigas e irmãs da República Essacana que pretendo levar para o resto da minha vida, Churras, Copinha, Acts, Noiva, Jujus, Princesa, FBI e Exemplar, a essas eu agradeço por todo companheirismo, amor e carinho nos anos em que compartilhamos nossas vidas, tivemos momentos inesquecíveis que com certeza irei levar todos eles para o resto da minha vida em minha memória e no meu coração, amo vocês irmãs. Um agradecimento especial a minha amiga e companheira Julia Ellen, famosa jujus, J.E, obrigada por não desistir de mim e por conseguir enxergar para além de uma cara fechada e o meu jeitinho brava de ser, sou muito grata pela

amizade que construímos durante esses anos, me sinto muito orgulhosa de nós quando olho pra trás e vejo o quanto crescemos, amadurecemos e aprendemos, obrigada por todo companheirismo de vida, república e curso, agradeço também por tudo que aprendemos junto e tudo que me ensinou, você também será sem sombra de dúvidas uma profissional extremamente capaz!

À todos meus amigos que me incentivaram nessa fase tão difícil, especialmente ao Luiz Filipe mais conhecido como Fruck e ao Flávio, vocês fizeram meus dias e minhas madrugadas de estudo muitas vezes serem mais leves, obrigada por todo incentivo. A minha orientadora Profª Drª Edvânia Ângela de Souza agradeço por ter caminhado ao meu lado me auxiliado a escrever este trabalho, agradeço também por toda compreensão e paciência.

Por último e não menos importante, a toda minha família, em especial tia Maria, Vinicius, Luciano, Pedro e Eduardo a vocês eu agradeço por de alguma forma sempre incentivaram a chegar até aqui e ser quem eu sou.

À todas as mulheres, trans e travesti que resistem por aí, um dia seremos livres de todos os muros da sociedade cisheteronormativa.

MARQUES; Eduara de Cássia. **A MULHER TRANSGÊNERO E O SISTEMA PRISIONAL: violações aos direitos fundamentais e à identidade de gênero.** 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social) - Faculdade de Ciência Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2022.

RESUMO

O presente trabalho objetivou analisar as condições que mulheres se encontram numa sociedade heteronormativa com ênfase para mulheres trans e travesti no sistema penitenciário brasileiro, face ao princípio da dignidade da pessoa humana, na sociedade contemporânea. Abordou-se a construção de gênero e outras hierarquias de sexualidades construídas socialmente, ainda que se mantenha a cultura cisheteronormativa, ou seja, que tenha como base a relação afetiva entre pessoas de sexo oposto, garantindo a moral baseada no patriarcado. Além disso, buscou-se descortinar as concepções e a origem do sistema carcerário. Decorrido, serão demonstradas as vivências de mulheres transgênero e travestis dentro e fora do sistema prisional a partir de relato de uma egressa do sistema penitenciário estabelecendo uma discussão com o papel da política de assistência. O trabalho, portanto, provoca o debate das vulnerabilidades e violações aos direitos fundamentais a essa parcela da população fazendo com que as aproximem da criminalidade, da prostituição e da marginalidade como meios de vida mais viáveis.

Palavras-chave: Sistema carcerário. Transgeneridade. Direitos Humanos. Serviço Social.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IST's - Infecções Sexualmente Transmissíveis

PCC - Primeiro Comando da Capital

CRAS - Centro de Referência em Assistência Social

CREAS - Centro de Referência Especializado em Assistência Social

LGBTQIA+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Queer, Intersexo e Assexuais

GBT- gay, bissexuais e transexuais

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. RAÇA, GÊNERO E CLASSE NA DIVISÃO DA SOCIEDADE E TRABALHO	14
3. SISTEMA PRISIONAL E A MULHER TRANSGÊNERO	28
4. SISTEMA PRISIONAL: UMA ANÁLISE DE VIVÊNCIAS	38
4.1 Condições de vida e trabalho	38
4.2 Me descobrimento enquanto LGBTQIA+	46
4.3 A inserção na sociedade a partir do uso das drogas	48
4.4 Vivências nos muros do cárcere	52
4.5 Sobrevivendo nos extras muros do cárcere	55
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	58
REFERÊNCIAS.....	60

1. INTRODUÇÃO

A centralidade desse estudo está em descortinar as inúmeras dimensões da violação de direitos que a população que não se enquadra no modelo hegemônico da cisheteronormatividade está sujeita.

Obejtiva analisar as violações de direitos fundamentais, vivenciadas por mulheres transexuais e travestis nos muros e extras muros do sistema carcerário brasileiro, visto que, o lugar em que habitam na sociedade as aproximem da criminalidade, da prostituição e da marginalidade como meios de vida mais viáveis.

O estudo tem como foco a violação de direitos vivenciada cotidianamente por pessoas trans e travestis. Considera as análises de gênero e interseccionalidade de gênero, classe, território, sexo, deficiência no conjunto de determinações sociais, políticas, econômicas e culturais que implicam em violência, abandono e marginalização das pessoas que assumem a sua orientação sexual.

Benevides e Nogueira (2021) tratam da mortandade que a população pobre, especialmente, negra e a população do grupo de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais, Queer, Intersexo, Assexual e outras formas de vivenciar a sexualidade (LGBTQIA+) estão sujeitas nos vários estados da Federação.

A violência contra a população LGBTQIA+ é reforçada pelo aspecto moral, sendo acompanhada de xingamentos, injúrias e exclusões. Trata-se de um tipo de violência na maioria das vezes não registrada, portanto, ficam na invisibilidade social. Observa-se que há no Brasil, um comportamento agressivo contra essa população, especialmente, ressaltado a partir das eleições de 2018, quando falas do atual presidente da República, Jair Bolsonaro, emitiram juízos de valor extremamente violentos contra essa população.

Assim, a violência contra a população LGBTQIA+ tem baixa notificação, investigação e portanto, fica na invisibilidade social, contudo, embora escassos dados evidenciam que esse tipo de violência tem aumentado como evidencia o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021 (FBSP, 2021).

Benevides e Nogueira (2021) alertam para a vulnerabilidade que os corpos negros e dissidentes, que não se configuram a partir da relação binária de sexo, são

vítimas da TRANSfobia, além de inúmeras manifestações verbais e de exclusão marcadas pelo preconceito e violação de direitos. Dessa forma, essa população sofre as inúmeras precariedades desde as condições de moradia, segurança alimentar, acessos às políticas sociais públicas, como também as violências físicas e psicológicas, que estruturam um rol de situações que empurram essa população para a marginalidade e mortandade, que segundo Benevides e Nogueira (2021), o Brasil é líder mundial nos assassinatos das pessoas LGBTQIA+.

Este estudo está dividido em 3 capítulos. O primeiro capítulo foi analisado o contexto histórico da construção da sociedade civil e capitalista que está fundada no patriarcado, no racismo, no sexismo e na cisnormatividade, e como isso afeta a vida de mulheres cisgenero e mulheres transexuais, travestis, e transgênero, buscaremos compreender como isso se expressa na divisão sexual da sociedade e do trabalho e de que modo essa construção social manifesta-se nos muros e extramuros do sistema prisional.

No segundo capítulo, abordou-se a construção histórica do sistema prisional e de que forma a seletividade penal sustentada em critérios, nada ocultos, de raça, classe e gênero estão presentes nos julgamentos e penas.

Já no no terceiro capítulo, analisaremos a partir dos dados empiricamente coletados da vivencia de um ex engresso do sistema carcerário, coloco aqui ex egresso no masculino porque no processo de reconhecimento da sexualidade do entrevistado por diversas violências de como esse reconhecimento foi aceito, o mesmo não se identifica como transexual e travesti e se denomina com os pronomes ele/o e como homossexual e artista drag queen mas que durante a sua trajetória de vida iniciou um processo transexualizador que foi interrompido por diversas dificuldades, desde a ingestão de hormônios até aplicação de silicone industrial e a rejeição familiar por motivos religiosos, as relações sociais de gênero instituídas no sistema de justiça e penal brasileiro visando responder a relação entre a questão de sexo e gênero, crime e justiça, o papel da política da assistência e a inserção nos espaços de uma sociedade cisheteronormativa.

Acredita-se que o Serviço Social precisa avançar no debate a respeito da sociedade cisheteronormativa, do racismo estrutural e da violência que essas

peessoas estão submetidas, conforme a lógica da necropolítica, que extermina corpos fisicamente, mas também modos de vida e de manifestação da sua cultura.

Inicialmente esse estudo tinha como foco o trabalho profissional do Serviço Social do sistema carcerário junto à população trans e travesti, uma vez que o interesse em estudar tal temática nasce justamente da experiência de estágio acadêmico em serviço social em uma unidade do sistema prisional. O Serviço Social, neste caso, está inserido em uma secretaria de saúde, assim, a autora foi inserida em um projeto de pesquisa já em andamento, “Processo de Trabalho e Saúde dos/das Assistentes Sociais que atuam nos serviços de Seguridade Social no Brasil”, aprovado pelo Comitê de Ética da UNESP-Franca, sob o número: CAAE: 33447814.6.0000.5408. Todavia, em decorrência da pandemia da COVID-19, no início de 2020 e das necessárias medidas de isolamento social para a contenção da propagação do vírus, o projeto de pesquisa sofreu modificações, haja vista a inviabilidade do estágio presencial.

Assim, o estudo foi redirecionado para o foco exclusivo da análise das condições que mulheres se encontram numa sociedade heteronormativa com ênfase para mulheres trans e travesti no sistema penitenciário brasileiro. Considerando que o Serviço Social trabalha diretamente com as demandas da classe trabalhadora e também com as inúmeras manifestações da questão social, presente na violência sofrida pelo grupo LGBTQIA+, o presente estudo disserta e investiga as situações de violência que pessoas transexuais (homens e mulheres) e travestis estão sujeitas.

Aqui, o conceito de necropolítica desenvolvido por Mbembe (2016), contribui para compreender a naturalização da violência sofrida pela população trans e travesti como retratado na entrevista realizada com uma pessoa ex-privada de liberdade. A entrevista foi realizada com agendamento e por meio do sistema Meet, foi gravada e após, transcrita e analisada. A entrevista foi precedida pela leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCL), seguindo as normas éticas em pesquisas, sendo garantido o sigilo e a não identificação da pessoa entrevistada.

De acordo com a temática compreender processos históricos vividos por sujeitos sociais e como tais práticas se expressam na sociedade contemporânea requer do pesquisador

Uma postura política, teórico-crítica, no sentido de colocar-se à escuta, de interrogar os silêncios e de querer efetivamente conhecer a história a partir da narrativa acerca dos caminhos percorridos. (MARTINELLI, 2019 p.28)

Diante disso se fez necessário o uso da metodologia da história oral com abordagem qualitativa, o método legitima o discurso humano respeita a fala e a memória como instrumento de recuperação da história e do avanço frente às lutas sociais e para isso é preciso conhecê-las e historicizá-las. Os relatos dos sujeitos e o diálogo com os mesmos nos permitem a compreensão do processo histórico em constante transformação bem como conhecer os micro tramas da vida cotidiana. Segundo Martinelli 2019 essas narrativas nos dizem muito sobre o sentido que as pessoas atribuem às suas experiências, nas quais há certamente dimensões sociais que só são alcançadas quando historicizamos o sujeito, quando aguçamos o nosso “olhar político sobre o passado” (SARLO, 2005, p.58-59 apud MARTINELLI, LIMA, MONTEIRO, DINIZ, 2019, p.30).

Esta pesquisa também fez uso da pesquisa bibliográfica como método na qual buscou-se a partir de autores da temática, analisando as características principais que norteiam a temática sobre a gênero e violações de direitos no sistema carcerário contra pessoas trans e travestis. Segundo o autor Severino, a pesquisa bibliográfica é aquela que visa partir daquilo que já foi registrado, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses, etc. Dados estes já trabalhados por outros pesquisadores (SEVERINO, 2013, p.106).

2. RAÇA, GÊNERO E CLASSE NA DIVISÃO DA SOCIEDADE E TRABALHO

Neste capítulo, discutiremos como a construção da sociedade civil e capitalista está fundada no patriarcado, no racismo, no sexismo e na cisnormatividade e como isso afeta a vida de mulheres cisgênero e mulheres transexuais, travestis e transgênero. Buscaremos compreender como isso se expressa na divisão sexual da sociedade e do trabalho e de que modo essa construção social manifesta-se nos muros e extramuros do sistema prisional, no Brasil. Para isso, contaremos com o recurso da história para a pesquisa bibliográfica e fundamentação teórico-metodológica de conceitos a fim de termos uma ampla compreensão do problema a ser estudado.

Para estabelecer um vínculo maior com o tema é fundamental a reflexão acerca do sistema vigente de dominação que violenta e oprime mulheres cis, trans e travesti nos seus variados âmbitos sociais. A dominação não se faz do mesmo jeito sobre todas as mulheres; ela varia segundo os recortes de classe, gênero e identidade étnico-racial. Para Camurça (2007), no sistema patriarcal há mecanismos de controle e dominação, com destaque para os principais mecanismos: 1) a prática da violência contra as mulheres para subjugar-las; 2) o controle sobre os corpos femininos; 3) a sexualidade e a vida reprodutiva das mulheres; 4) a manutenção das mulheres em situação de dependência econômica e a manutenção no âmbito do sistema político e práticas sociais de interdições à participação política das mulheres.

A autora destaca ainda que esses mecanismos do sistema, dada a forma de como vêm se estruturando e engendrando em nossa sociedade e nas relações sociais, acarretam outras desigualdades pautadas em preconceitos e discriminação como, por exemplo, a dominação heterossexual sobre a sexualidade humana. Quando buscamos na história do Brasil colônia essa relação, Freyre (2003) perpassa por várias concepções das relações sociais da época, colocando o patriarcado como ferramenta de dominação das mulheres brancas, ignorando o lugar marginalizado das mulheres negras que parte da intersecção do racismo com o sexismo.

Ainda em sua obra, o autor estabelece os papéis das mulheres no período colonial através de um ditado,

Com relação ao Brasil, que diga o ditado: “Branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar”, ditado em que se sente, ao lado do convencionalismo social da superioridade da mulher branca e da inferioridade da preta, a preferência sexual pela mulata. Aliás o nosso lirismo amoroso não revela outra tendência senão a glorificação da mulata, da cabocla, da morena celebrada pela beleza dos seus olhos, pela alvura dos seus dentes, pelos seus dengues, quindins e embelegos muito mais do que as “virgens pálidas” e as “louras donzelas” (FREYRE, 2003, p.36).

Sendo assim, a mulher branca é “reconhecida” com uma certa superioridade social enquanto que a mulher negra é glorificada por suas características físicas, indícios de uma expressa objetificação sofridos por corpos negros. À medida em que cabe à mulher branca o papel de frágil, sendo a ela relegada o âmbito doméstico, às mulheres negras, reserva-se o trabalho e ao sexo, devendo sempre estar disponível aos desejos e caprichos do homem. Posto isto, Freyre (2003) é um dos primeiros autores brasileiros que define a mulher mulata como símbolo sexual, diferente de qualquer outra mulher, o que ele descreve como intercuro sexual não passa de uma conotação que invisibiliza todo processo brutal de apropriação forçada desses corpos negros, como pode ser visto no seguinte trecho:

Uma espécie de sadismo do branco e de masoquismo da índia ou da negra terá predominado nas relações sexuais como nas sociais do europeu com as mulheres das raças submetidas ao seu domínio. O furor femeeiro do português se terá exercido sobre vítimas nem sempre confraternizantes no gozo; ainda que se saiba de casos de pura confraternização do sadismo do conquistador branco com o masoquismo da mulher indígena ou da negra (FREYRE, 2003, p.56).

Dentro da lógica escravista e das relações de poder entre mulheres escravizadas e os senhores, as relações sexuais, mesmo que tenham mantido algum tipo de relacionamento, foram baseadas no abuso e assédio, por existir uma opressão e uma relação de poder que não deixava brecha para a sua livre escolha, tampouco autonomia. Em outras partes de sua obra, Freyre (2003) refere-se a “intercurso sexual” como o processo por meio do qual os portugueses foram “misturando-se com mulheres de cor”, o que na verdade não passava de abuso

sexual, e é a partir dessa violência que se inicia o processo de miscigenação no Brasil, com um discurso de diversidade e de aceitação de todas as etnias dentro da realidade brasileira.

Como aponta Carneiro (1995, p.546), “O estupro colonial da mulher negra pelo homem branco no passado e a miscigenação daí recorrente criaram as bases para a fundação do mito da cordialidade e democracia racial brasileira.” Estes mitos afirmam a inexistência de um racismo no Brasil já que a miscigenação ocorrida ao longo dos séculos de escravização teria feito supor que todos fossem “iguais”. O uso do poder estava naturalizado; a sobreposição do homem sobre os corpos das mulheres, assim como o domínio sobre os seus trabalhadores e trabalhadoras, no caso considerados como “coisa”, objetos, tratados como propriedades, configuraram o sadismo doentio do homem branco, apontado acima por Freyre, e traduz-se com o caso relatado em sua obra, de que

[...] homens brancos que só gozam com negra. De rapaz de importante família rural de Pernambuco conta a tradição que foi impossível aos pais promoverem-lhe o casamento com primas ou outras moças brancas de famílias igualmente ilustres. Só queria saber de molecas. Outro caso, referiu-nos Raoul Dunlop de um jovem de conhecida família escravocrata do Sul: este para excitar-se diante da noiva branca precisou, nas primeiras noites de casado, de levar para a alcova a camisa úmida de suor, impregnada de budum da escrava negra sua amante. Casos de exclusivismo ou fixação. Mórbidos, portanto; mas através dos quais se sente a sombra do escravo negro sobre a vida sexual e de família do brasileiro (FREYRE, 2003, p.192).

A partir disso, fica exposto o lugar da mulher negra dentro da lógica sexual existente na Casa Grande, força de trabalho escravizada e também um mero objeto sexual, desumanizado e à disposição do patriarca branco. González (1984, p.234) exemplifica como tais práticas se consolidam e tornam-se um dos instrumentos de racismo contemporâneo,

Quando chegava na hora do casamento com a pura, frágil e inocente virgem branca, na hora da tal noite de núpcias, a rapaziada simplesmente brochava. Já imaginaram o vexame? E onde é que estava o remédio providencial que permitia a consumação das bodas? Bastava o nubente cheirar uma roupa de crioula que tivesse sido usada, para “logo apresentar os documentos”. E a gente ficou pensando nessa prática, tão comum nos intramuros da casa grande, da utilização desse santo remédio chamado catinga de crioula (depois deslocado para o cheiro de corpo ou

simplesmente cc). E fica fácil entender quando xingam a gente de negra suja, né? (GONZÁLEZ, 1984, p. 234).

Não é difícil observar que homens e mulheres não ocupam posições iguais na sociedade desde o Brasil colônia aos dias atuais. A identidade social da mulher, assim como a do homem, é construída através da atribuição de diferentes papéis impostos socialmente às diferentes categorias de sexo. A socialização dos filhos, por exemplo, é uma das tarefas atribuídas às mulheres, variando entre as diferentes classes sociais e de renda, desde as que se dedicam exclusivamente aos cuidados da residência, marido e filhos até as que trabalham fora.

Com todas as diferenças salariais impostas pela divisão sexual do trabalho, que estabelece melhores condições laborais e de remuneração para os homens brancos, seguido das mulheres brancas, dos homens negros e, em último degrau, das mulheres negras, é perceptível que estas, em geral, possuem as piores condições de trabalho e de ganho. Dessa maneira, essa divisão sexual estabelece que as mulheres trabalhadoras necessitam de garantir, concomitantemente, as tarefas do cuidado e do espaço doméstico, sendo que, geralmente, as mulheres brancas, com melhores salários, contratam outras mulheres para exercer essas atividades. Assim, são as mulheres negras que historicamente trabalham como domésticas, muitas das vezes na informalidade. Como afirma Saffioti (2001),

Não obstante todas estas diferenças, que tornam a vida de mulher mais ou menos difícil, a responsabilidade última pela casa e pelos filhos é imputada ao elemento feminino. Torna-se, pois, clara a atribuição, por parte da sociedade, do espaço doméstico à mulher. Trabalhando em troca de um salário ou não, na fábrica, no escritório, na escola, no comércio, ou a domicílio, como é o caso de muitas mulheres que costuram, fazem crochê, tricô, doces e salgados, a mulher é socialmente responsável pela manutenção da ordem na residência e pela criação e educação dos filhos. Assim, por maiores que sejam as diferenças de renda encontradas no seio do contingente feminino, permanece esta identidade básica entre todas as mulheres (SAFFIOTI, 2001, p.09).

Essa naturalização do espaço doméstico à mulher advém de uma concepção que credita ao sexo feminino a capacidade de ser mãe e que, de acordo com esse pensamento, é natural que ela se dedique aos afazeres domésticos e à criação dos filhos, pela sua capacidade de conceber e dar à luz. No entanto, há sociedades em

que a mulher, após ter um filho, não interrompe suas atividades extra lares, sendo perceptível que

Há tribos indígenas brasileiras cujas mulheres, em seguida ao parto, banham-se nas águas de um rio e retomam imediatamente sua labuta. Nestas tribos, cabe ao pai fazer repouso e observar uma dieta alimentar especial. Este costume chama-se *couvade*. Esta prática revela que o próprio parto, quase sempre entendido apenas enquanto função natural, assume feições sociais diferentes no espaço e no tempo. Ou seja, cada sociedade elabora distintos significados para o mesmo fenômeno natural (SAFFIOTI, 2001, p.9).

Nesse sentido, um fenômeno natural é composto de diferentes maneiras em determinadas sociedades, a depender da sua dimensão sociocultural e da formação socioeconômica, que estabelece as normas sociais que irão compor suas relações e o sistema de educação, a partir dos quais os seres humanos tornam-se homens e mulheres. Para Saffioti (2001, p.10),

É próprio da espécie humana elaborar socialmente fenômenos naturais. Por esta razão é tão difícil, senão impossível, separar a natureza daquilo em que ela foi transformada pelos processos socioculturais. A natureza traz crescentemente a marca da intervenção humana, sobretudo nas sociedades de tecnologia altamente sofisticadas. Há, portanto, ao longo da história, uma humanização da natureza, uma domesticação da natureza por parte do ser humano. Este processo caracteriza-se, como tudo na vida social, pela contradição. Se, por um lado, revela a capacidade humana de colocar a natureza a seu serviço, por outro, interfere no ecossistema, destruindo, muitas vezes, o equilíbrio ecológico.

É nítida a capacidade de transformação do ser humano não somente sobre a natureza, mas de si mesmo e das relações que são estabelecidas. Por outro lado, é preciso atentar-se para a capacidade de naturalização dos processos socioculturais. Saffioti (2001), ao afirmar que o fato de a mulher ocupar o espaço doméstico, dos cuidados com os filhos, acaba por deixar livre o espaço público para o homem, que está rigorosamente naturalizando resultados da história, de diferentes formas, mas que perpetuam até nos dias de hoje, não somente com mulheres mas com outras categorias sociais, como negros, índios e homossexuais, tornando assim o caminho mais fácil e mais curto para legitimar a “superioridade” dos homens, dos brancos, dos heterossexuais e a dos ricos sobre as classes subalternas.

Ao situar os papéis historicamente e socialmente estabelecidos a homens e mulheres, é importante falarmos que a luta por igualdade intergêneros floresceu na Europa no século XVIII, incorporada tardiamente na realidade brasileira. Desse modo, como se posiciona Duarte (2019), abordar as lutas feministas e seu legado requer situar suas evidências históricas, evitando anacronismos e ausência de críticas dentro do próprio movimento.

Historicamente o feminismo teve apoio de homens, ainda que fosse mínimo, na sua história de legitimação. “[...] desde o século XVI a ideia de saber e humanidade era dominada e concebida pelo saber masculino, de que forma as pautas feministas ganhariam “sozinhas” espaço e reconhecimento?” (DUARTE, 2019, p.119). Se pensarmos na historicidade de dominação, no machismo estrutural, não teríamos avançado nas lutas e conquistas feministas.

As lutas feministas no contexto europeu, no século XVIII, foram distintas por duas linhas de argumentação, denominadas como relacional e individualista.

[...] enquanto a perspectiva relacional enfatiza os direitos das mulheres como mulheres, tendo como marcador sua capacidade para gerar, criar e educar os filhos em relação aos homens, atribuindo e reivindicando esse “papel” como um marcador de diferença, valorizando o feminino concebido como biológico e, por isso, buscando uma contribuição econômica tendo por base essas atribuições (OFFEN, 2015, p.57 apud DUARTE, 2019, p.118).

Diferentemente da perspectiva relacional, a perspectiva feminina individualista busca

A afirmação abstrata dos direitos humanos individuais e tenta, assim, afirmar a autonomia das mulheres em outros aspectos, negando por completo os papéis femininos, inclusive os relacionados à maternidade. Mas o fazem sem uma crítica ao que também, dentro dessas relações, torna-se especificidade do sexo/gênero feminino, restringindo essa igualdade aos direitos, mas sem afirmar e reconhecer as diferenças (DUARTE, 2019, p.120).

Segundo Duarte (2019), essas duas perspectivas engendraram um momento histórico, a partir do qual o movimento feminista elabora a luta por direitos a partir das condições concretas e das pautas que julgavam fundamentais, porém nem sempre essas pautas serão definidas por um só corpo social, pois é justamente a

partir das necessidades e demandas que essas vão sendo reconhecidas e estabelecidas como pautas de lutas. As disputas e tensões reforçam laços de solidariedade e de luta coletiva entre mulheres que pensam em projetos de vida e sociedade, mas também a partir de perspectivas distintas.

A partir dessas duas perspectivas históricas foi possível delinear a conceituação do feminismo como matriz emancipadora da mulher, mas as interpretações sobre o que seria emancipação não percorreram um caminho homogêneo e hegemônico, visto que essa categoria, por não ser neutra, é atravessada e composta pelos processos societários, ideológicos, políticos, econômicos, sociais e culturais. Além disso, fosse ela mais conservadora ou liberal, essas mulheres, com projetos distintos, tinham em comum um mesmo fardo: disputar espaços públicos junto aos homens e lidarem com as resistências antifeministas. Portanto, o conteúdo central de suas lutas toca todas as mulheres, porque se pauta na libertação e no reconhecimento da pessoa livre e humana.

Os maiores avanços das teorias feministas ocorreram no final dos anos de 1980, do século XX, porém é importante salientar que suas pautas, no século anterior, foram determinantes para o incremento do que entendemos hoje por direitos, como trabalho, escola, formação, cidadania, entre outros. Durante todo esse percurso, as lutas feministas notabilizaram importantes enfrentamentos à hierarquia dominadora dos homens, tanto no âmbito privado (familiar) quanto no âmbito público (governo), além da igreja, que é importante que se diga, tinha/tem uma relação institucional com o Estado, buscando assim a regulação e moralização das mulheres e de seus respectivos comportamentos.

A ideia de feminismo e luta feminista no Brasil, como movimento organizado, formalizou-se no contexto da ditadura civil-militar e empresarial pós-golpe militar de 1964, vinculado à classe trabalhadora. Como consequência da repressão civil e política, intelectuais e mulheres trabalhadoras de fábricas, junto aos movimentos da esquerda, começaram a pautar suas reivindicações por melhores condições de trabalho, fim das desigualdades entre os sexos e pela ruptura de novos valores que limitavam o corpo e a sexualidade à reprodução. Como já enfatizado, a luta do movimento feminista vinha ocorrendo na Europa desde os séculos XVIII e XIX,

donde é possível afirmar que, no Brasil, essa organização e o reconhecimento de mulheres em torno de uma agenda pública deu-se um século mais tardiamente.

A mobilização dos movimentos feministas brasileiros ganha força ao juntar-se às lutas dos trabalhadores durante a ditadura militar, incidindo junto à pauta de superação de exploração das classes subalternas e opressão de classe e gênero/sexo. De acordo com Duarte (2019), o processo de expansão urbana implicou ideologicamente um sentido de modernidade, ocasionando uma relativa autonomia e reconhecimento às mulheres, porém, com uma marca de caráter seletivo e racial, essa concessão não abrange a todas e tampouco reconhece as particularidades vivenciadas pelas mulheres negras.

O processo acelerado de urbanização – iniciado uma década antes e intensificado a partir dos anos de 1970 – fez das mulheres personagens visíveis em diversos espaços públicos. Entre outros, a presença feminina aumentou nas universidades e nos empregos formais. Os rostos femininos também eram nítidos nas manifestações de rua, como provam as fotos dos jornais da época [...] nos sindicatos, reivindicaram a existência de seções femininas e exigiram a inclusão de mulheres nos cargos de diretoria; realizaram encontros de trabalhadoras e participaram ativamente da vida sindical (MARIA PEDRO, 2012, p.240-241 apud DUARTE, 2019, p.127).

De acordo com Duarte (2019), as perspectivas feministas do século XVIII, no contexto europeu, tanto a perspectiva individualista quanto a correlacional, como já citado, embora em tempos e processo societários distintos, foram reconceituadas entre o final do século XIX e todo o percurso do século XX. Enquanto nos Estados Unidos da América (EUA) a influência predominante foi a individualista, na Europa, seguiu numa linha mais correspondente às relações de classe e sexo/gênero. Pode-se dizer que houve maior influência europeia sobre o feminismo brasileiro, o que se deu em virtude dos grupos de exílio decorrentes da ditadura civil-militar, em que muitas mulheres foram forçadas a sair do país em condições de exiladas.

Para elas, a ‘tomada de consciência’ a partir da troca de experiência resultava na valorização das mulheres (de si mesmo e de outras) e na identificação coletiva, que criava um sentido de ‘irmandade’. Esse sentimento, entretanto, era ameaçado dentro dos próprios grupos por causa do preconceito de algumas integrantes contra mulheres lésbicas (MARIA PEDRO, 2012, p.240-241 apud DUARTE, 2019 p.128).

As mulheres brasileiras entendiam que a luta pela libertação era também de classe social, mas muitas das vezes mantiveram uma relação distanciada e preconceituosa com as mulheres lésbicas. A heteronormatividade em relação ao corpo e à sexualidade sobrepõe-se ao movimento classista, tratando de modo geral como elemento periférico temas relativos ao corpo e à liberdade sexual, fazendo com que o movimento feminista no Brasil, após 1964, estivesse mais próximo do Europeu, apesar das influências norte-americanas.

Para Saffioti (2013, p.372 apud Duarte, 2019, p.129), o feminismo brasileiro fez uma conjunção de experiências estrangeiras para buscar responder à realidade social brasileira, resultando em uma “[...] ausência de análise da realidade econômico-social nacional, bem como um aprofundamento da ordem social capitalista”. Ainda que fossem válidas as atuações dos feminismos e suas lutas nos EUA e nos países da Europa, não eram suficientes para pensar no conjunto de fatores específicos do Brasil, quando comparados à Europa e aos EUA, que estavam em situação de desigualdade em todos os sentidos.

Vale ressaltar que esses movimentos foram motivados por mulheres trabalhadoras ligadas à indústria e à universidade e, como já referido, com o processo acelerado de urbanização, muitas mulheres assumiram empregos formais, no caso mulheres brancas, porque as negras ainda estavam, em maior parte, no trabalho doméstico da Casa Grande ou trabalhando informalmente. Por isso, as apropriações das lutas feministas estrangeiras não foram capazes de subsidiar a luta de forma mais orgânica do movimento feminista brasileiro, principalmente no caso das mulheres negras que estavam fora dos espaços de trabalho formal e das lutas partidárias. Essa influência estrangeira acabou sobrepondo-se à realidade brasileira de trajetória escravocrata.

Semelhante à experiência russa, o movimento feminista brasileiro pós-1964, como coloca Duarte,

[...] foi de mulheres inseridas no movimento de resistência ao governo ditatorial, com pautas específicas inseridas no conjunto das lutas, mas sem que houvesse nesse movimento uma difusão ampla das correlações entre classe, raça e gênero. Ainda que o Partido Comunista (PC) e o Partido Comunista do Brasil (PC do B) tenham, naquele período, colocado a “questão racial” em seus programas, manifestos, resoluções, a

predominância masculina na tomada de decisões restringiu o protagonismo de mulheres brancas e, sobretudo, negras (DUARTE, 2019, p.130).

De acordo com o exposto, a autora ainda destaca que os partidos políticos tiveram uma contribuição no movimento feminista e destaca alguns nomes importantes como: “Carlos Marighella, Lélia Gonzales, Graciliano Ramos, entre outros que travaram o debate étnico/racial” (DUARTE 2019, p.130), mas cabe ressaltar que as influências estrangeiras trouxeram impactos para a superação das especificidades de um país colonizado, escravocrata e dependente. Vale ressaltar essa questão para nos atentarmos à forma e ao compromisso em pensar uma luta feminista crítica, classista e antirracista, pois essa lacuna da história do feminismo no Brasil, na atualidade, pesa no ingresso de mulheres em trabalhos informais, muitos deles marginalizados, como por exemplo o mercado das drogas e da prostituição.

Nessa esteira, abordamos as lutas feministas, no plural, justamente pelo fato de buscar dentro dessas especificidades os pontos em comum, para melhor dizer coletivos, cujo objetivo é a mudança radical nas relações sociais, que vai desde o mundo do trabalho até a cozinha de casa. Se estamos falando de emancipação feminina, estamos pactuadas com a liberdade de todas as mulheres, logo, não podemos ser passivas com as disparidades ainda hoje presentes no mundo do trabalho, nas relações afetivas, nas formas de viver e dos valores que se perpetuam sobre corpos pretos e corpos brancos, como sendo o primeiro de menor valor (DUARTE, 2019, p.131).

Quando consideramos a divisão sexual do trabalho, se pensarmos, por exemplo, no trabalho doméstico, que no decorrer da história sempre foi ocupado por mulheres negras, a pauta só ganha legitimidade quando mulheres brancas começam a ocupar esse espaço. A mulher negra no Brasil, no curso da história, sempre desempenhou essa função; primeiro na condição de escravizada e depois como mulher “livre”. Não reconhecer essa questão é reproduzir uma visão colonizadora sobre a vida das mulheres negras. As lutas precisam ser travadas levando em consideração a realidade do sexo/gênero feminino e raça, de acordo com suas particularidades, pois o que nos une coletivamente é a condição de classe trabalhadora.

As especificidades das lutas femininas não podem ser compreendidas e militadas separadamente, visto que a chance de cairmos num movimento feminista liberal, esse que ora defende os interesses das mulheres brancas ora atende às demandas da mulher negra, cria uma espécie de rincha/disputa,

como se toda mulher branca (inclusive a da classe trabalhadora) não pudesse em nada contribuir nos processos coletivos de luta pela emancipação política e humana da mulher negra, por ser uma potencial opressora, do mesmo modo como ainda se nota movimentos feministas majoritariamente branco, a postura de que não se pode “abrir para a questão de raça”, porque seria uma pauta identitária e/ou pós-moderna (DUARTE, 2019 p.132).

Diante desse breve percurso histórico a respeito do papel e das lutas feministas no Brasil, tivemos avanços significativos,

Embora o feminismo de quaisquer tendências não tenha tido ampla penetração na sociedade brasileira, constituiu verdadeiro marco na história de vida de grande número de mulheres urbanas pertencentes a duas gerações, conquistando, para a mulher, direitos que lhe eram indevidamente negados enquanto personalidade humana. Não bastasse esses direitos continuarem a ser, ainda hoje, meramente abstratos para a imensa parcela da população feminina nacional, representam sempre possibilidades a serem atualizadas a qualquer momento, tornando, pois, mais simples o processo de penetração da mulher em determinadas esferas sociais na medida em que remove desse caminho os obstáculos legais (SAFFIOTI, 2013, p.392 apud DUARTE, 2019 p.137).

Apesar dos avanços, a ideia de sexo/gênero continua servindo como manutenção de relação social desigual entre homens e mulheres, tanto no âmbito privado como no público, de outras formas, e principalmente no âmbito jurídico, Como pontua Duarte (2019), “Essa desigualdade foi e é indispensável para o sistema jurídico e penal, porque só assim ele é capaz de exercer efetivo controle sobre o corpo, a classe e o gênero”. Desde os séculos passados, construiu-se um discurso hegemônico sobre o ser mulher; negar esse discurso é seguir com as desigualdades que o sistema capitalista cria não somente na esfera produtiva, mas na vida social como um todo.

Junto às concepções históricas das mulheres, atribuíram-nas uma relação com a capacidade para o trabalho e, de acordo com essa construção histórica, o lugar da mulher na sociedade. Atualmente, há a dificuldade de congregar as lutas

das muitas mulheres, haja vista o distanciamento e o apartamento das mulheres. Há ainda a ideia de mulher pensada a partir da experiência eurocêntrica masculina, seja ela negra, transexual etc.

Quando abordamos a ideia de criminalidade feminina e os motivos pelos quais elas ingressam no sistema carcerário, sejam eles apontados como por “amor”, por autonomia, questões materiais de sobrevivência, na verdade eles são reflexos das relações sociais mais amplas estabelecidas por um sistema de produção capitalista que age de forma hierárquica e desigual. De acordo com Duarte (2019), há 30 anos mulheres eram criminalizadas por furtarem ou roubarem com o objetivo de prover as necessidades materiais essenciais, como ter o que dar de comer aos filhos, por parte do Estado.

Essa questão não foi superada do ponto de vista da criminalização, no entanto o ingresso de mulheres no sistema carcerário foi consideravelmente modificado, de acordo com a degradação da vida material, das relações sociais devido à dinâmica de mercado, da ampliação territorial empobrecida e sua decorrente segregação. Desse modo, apesar dos avanços trazidos pela Constituição Federal de 1988, há uma expressa violação de direitos pré e pós-cárcere contra as mulheres, com uma tendência histórica em atribuir ao indivíduo as relações conflituosas entre capital e trabalho, colocando a mulher criminosa como objeto da desigualdade entre concentração de riqueza para poucos e socialização da pobreza para muitos.

Entretanto, outra questão que precisa ser considerada nessa discussão é a forma com que a sociedade encontra-se dividida, de forma binária, homem e mulher cisgêneros e, conforme Judith Butler (2003), espera-se dos indivíduos que eles mantenham os corpos inteligíveis. Ainda segundo a autora, os corpos inteligíveis são aqueles que seguem a ótica cisgênera e heteronormativa; a inteligibilidade ocorre por meio do entendimento de sexo e gênero como correspondentes (BUTLER, 2003).

Posto isso, a identidade de gênero é a forma como a pessoa identifica-se, apresenta-se para o mundo sem ter uma ligação direta com o sexo biológico; logo, a transexualidade é quando o indivíduo nasce com o sexo biológico (macho/fêmea),

entretanto se identifica com o sexo oposto; travestis são corpos designados homens ao nascer e que no percurso de suas vidas sua expressão de gênero não condiz com as expectativas impostas pela sociedade para aquelas pessoas com genitália e aparência masculinas.

A travestilidade, segundo Marinho (2017), é compreendida como uma identidade que transita pelo feminino, portanto “feminizam-se” de diversas formas, por meio da ingestão contínua de hormônios, aplicação de silicone, depilações definitivas e outras intervenções estéticas; modificam também sua sociabilidade, as pessoas e espaços em que confiam. Mas, para além dos conceitos normativos, é preciso compreender os contextos históricos e políticos que o termo *travesti* carrega na sociedade brasileira, por terem corpos que colocam em evidência a incoerência do discurso naturalizador que compreende órgão genital e gênero como correspondentes, sendo invisibilizadas nos meios sociais, excluídas das oportunidades de trabalho, da convivência familiar, consequências essas de uma sociedade cisgênera, heteronormativa e patriarcal.

Quando abordamos a condicionalidade penal e as múltiplas problemáticas do sistema de justiça criminal relacionadas às mulheres, às travestis e mulheres transexuais, podemos afirmar que é produzida pelo lugar que elas habitam na sociedade. Logo, quando falamos de mulheres transexuais e travestis, que historicamente são relacionadas ao contexto do crime e da marginalidade, há a contribuição social para uma subsistência.

O dossiê feito pela Rede Trans (2017) aponta que a expectativa de vida de uma mulher trans é de trinta e cinco anos enquanto a expectativa de vida de uma mulher cisgênero, aquelas que nasceram e se reconhecem num corpo feminino é em torno de setenta e cinco anos. Tal cenário ocorre devido à maior exposição dessa população a contextos de vulnerabilidade, predispostas ao uso de drogas ilícitas, sexo desprotegido e a maiores índices de IST's (Infecções Sexualmente Transmissíveis).

Travestis e mulheres transexuais frequentemente têm mais dificuldades no acesso ao mercado formal de trabalho, realidade que explica 90% das travestis brasileiras (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2020, p.31) utilizar a prostituição como fonte

primária de renda e viver especialmente por meio do trabalho sexual nas ruas, que é o mais barato e precarizado.

Nesses territórios, onde é exercido o trabalho sexual, muitas vezes este está associado a redes de exploração e relações com traficantes de drogas que, por consequência, acabam por associar as profissionais do sexo trans ao tráfico de drogas e outras atividades ilegais, como roubo ou extorsão, que perpetuam estigmas contra a população trans, especialmente negras e periféricas.

Logo, pode-se afirmar que a criminalização da mulher foi construída sobre as bases do exercício do poder político e econômico de Estado e um Direito fundado em bases patriarcais, na qual a opressão é mais intensamente aplicada quanto maior a vulnerabilidade do grupo.

As condutas das mulheres para aquelas que não exerciam o papel definido socialmente, como por exemplo o tráfico de drogas, a prostituição e os crimes patrimoniais, viabilizavam a crença de que a punição serve como forma de normalização dos corpos femininos para que se enquadre novamente nos ditames da ordem patriarcal de gênero. Ao analisar a realidade vivida por mulheres no decorrer da história, percebe-se que elas estão, desde sempre, em posição de vulnerabilidade.

Por fim, o conteúdo trabalhado neste primeiro capítulo foi produzido a fim de introduzir o tema. Para isso, foi necessário um breve resgate histórico, conceituação de alguns pontos e apresentação de alguns dados, pois isso nos dará a base para, nos próximos capítulos, aprofundarmos o tema da pesquisa.

No próximo capítulo, buscaremos aprofundar, a partir da perspectiva da história das relações sociais de gêneros instituídas e das lutas das mulheres para superação das opressões na sociedade e o sistema de justiça e penal brasileiro, visando responder à relação entre a questão de sexo e gênero, raça, crime e justiça foram e seguem sendo elementos de controle e de violações de direitos.

3. SISTEMA PRISIONAL E A MULHER TRANSGÊNERO

No presente capítulo faremos uma breve discussão da construção histórica do sistema prisional e de que forma a seletividade penal de raça, classe e gênero está presente. Quando nos remetemos à palavra “prisão”, deparamo-nos com um espaço no qual as violações de direitos são corriqueiras e inquestionáveis.

Para analisarmos acerca do cárcere e suas primeiras experiências, faz-se necessário um breve estudo histórico acerca da sanção penal denominada “pena” e dos primeiros projetos de cárcere. Historicamente, no período feudal, a prisão não era a pena dominante da época; o encarceramento era uma medida de garantia, mas não possuía a natureza de pena. Durante todo o período da Idade Média, segundo a autora Bittencourt:

A privação de liberdade continua a ter uma finalidade custodial, aplicável àqueles que seriam “submetidos aos mais terríveis tormentos exigidos por um povo ávido de distrações bárbaras e sangrentas. A amputação de braços, pernas, olhos, língua, mutilações diversas, queima de carne a fogo, e a morte, em suas mais variadas formas, constituem o espetáculo favorito das multidões desse período histórico” (BITTENCOURT, 2011, p.32).

Ainda nesse período, de acordo com Bittencourt (2011), as sanções criminais estavam à mercê dos governantes, que as aplicavam de acordo com o *status* social do réu, podendo ser substituídas por prestações de metal ou em espécies, para os casos em que os crimes não eram suficientemente graves para sofrer condenação de mutilação ou morte. As prisões apresentavam duas modalidades: de *custódia*, em que o réu espera para a execução da pena aplicada (morte, açoite, mutilações etc.) ou *detenção temporal* ou *perpétua*, ou até receberem o perdão real. Ademais, as estruturas onde eram cumpridas tais penas eram precárias, como em ruínas e torres.

O sistema penal, baseado no sofrimento e na pena de morte, enfraqueceu junto ao sistema absolutista, que predominou nos países europeus entre os séculos XVI e XVIII, regime que defendia o poder absoluto dos monarcas sobre o Estado sem prestar contas à sociedade, apesar de ainda perdurar nos dias atuais. Percebeu-se que as formas para conter as massas eram falhas, apesar de cruéis e

rígidas. Sendo assim, as mortes não eram mais convenientes, de acordo com o crescimento da criminalidade, pois isso exterminaria a população.

Com isso, crescia a falta de mão de obra e assim o interesse econômico de explorar, circunstâncias que levaram à ideia de dominar os ociosos que podiam contribuir com seu trabalho e usá-los, mesmo que de forma involuntária, a favor do capitalismo. No período do mercantilismo, período de transição do feudalismo para o capitalismo, surgiu uma nova concepção de trabalho, gerando um movimento de modificações das penas privativas de liberdade.

O mercantilismo necessitou de um disciplinamento selvagem dos grupos sociais que não se integraram a nenhum dos grupos economicamente produtivos. A forma de “educar” os não proprietários para que aceitassem como natural esse estado de coisas foi através da violência punitiva. A nova ordem estatal capitalista libertava o servo feudal de suas cadeias, mas também o despojava dos meios de produção – a terra, as fontes comunitárias de subsistência, as ferramentas. As regras de jogo do mercado capitalista tentariam impor um difícil equilíbrio entre a reclamada igualdade no processo de circulação de bens e uma marcada desigualdade no processo produtivo (ANITUA, 2007, p.114)

Posto isso, o capitalismo controlava o trabalhador inserido no mercado, enquanto o trabalhador fora do mercado de trabalho é controlado pela violência punitiva. Para sanar o problema com a falta de mão de obra e o aumento da criminalidade, foram criadas as *houses of correction*, também denominadas *bridewells* (castelo onde o rei autorizava acolher o que eles denominavam de ociosos, vagabundos, ladrões), onde eram obrigados a aceitar qualquer trabalho. “Este tipo de instituição foi o primeiro exemplo, e muito significativo, de detenção laica sem a finalidade de custódia que se pode observar na história” (Melossi; Pavarini, 2006 p.39).

O objetivo da instituição, que era dirigida como mão de ferro, era reformar os internos através do trabalho obrigatório e da disciplina. Além disso, ela deveria desencorajar outras pessoas a seguirem o caminho da vagabundagem e do ócio, e assegurar o próprio auto-sustento através do trabalho, a sua principal meta. O trabalho que ali se fazia era, em grande parte, no ramo têxtil, como o exigia a época (MELOSSI; PAVARINI, 2006, p.36).

Assim as *house of correction* surgiram, primeiramente na Europa e posteriormente foi se dissipando pelo mundo; na Holanda na primeira metade do século XVII, na Inglaterra, nos Estados Unidos e na França. Como caracteriza Melossi; Pavarini (2006), para lá eram mandados os “pobres”, os ociosos, os vagabundos, os ladrões e os apontados como criminosos por cometerem delitos de menor importância, ou seja, eram enviados os que tinham tempo livre e os que não tinham trabalho. Nas entrelinhas, os que incomodavam o sistema capitalista. Eram impostas mão de obra forçada e o trabalhador tinha que aceitar as condições que lhes eram impostas; a recusa era considerada como crime.

A recusa ao trabalho parece ter sido o único ato ao qual se atribuíra uma verdadeira intenção criminosa, uma vez que na lei de 1601 - considerada equivocadamente como o estatuto principal *Old Poor Law*, quando de fato ela não fez mais do que completar a legislação anterior - era facultado ao juiz enviar para a prisão comum (*common gaol*) os ociosos capazes de trabalhar (MELOSSI; PAVARINI; 2006 p.37) §

Convém, porém, esclarecer o real significado da “recusa ao trabalho” no século XVI. Uma série de estatutos promulgados entre os séculos XIV e século XVI estabelecia uma taxa máxima de salário acima da qual não era lícito ir (o que implicava sanção penal); não era possível nenhuma contratação de trabalho, muito menos coletiva; e até se chegou a determinar que o trabalhador aceitasse a primeira oferta de trabalho que lhe fizessem. Ou seja, o trabalhador era obrigado a aceitar qualquer trabalho, nas condições estabelecidas por quem lhe fazia oferta. O trabalho forçado nas *houses of correction* ou *workhouses* era direcionado, portanto, para dobrar a resistência da força de trabalho e fazê-la aceitar as condições que permitissem o máximo grau de extração de mais-valia (MELOSSI; PAVARINI 2006, p.37-38).

Diante do exposto, podemos perceber que o cerne da pena não era mais o castigo, mas sim uma suposta regeneração do indivíduo através do trabalho para que pudessem ser reinseridos na sociedade. Assim surgiram as primeiras instituições segregadoras, que serviram de moldes para o sistema penitenciário da atualidade, voltado para submeter à disciplina os “rebeldes”, que eram em particular os pobres. Era essa categoria, que juntamente com os jovens, as mulheres, os doentes e as prostitutas, que deveria ser “reeducada”; eles eram punidos por serem desprivilegiados socialmente. As casas de trabalho e correção serviram para deixar seu legado violento, cruel e estigmatizante, que perpetuam até hoje nas instituições carcerárias contemporâneas.

Com o início do movimento filosófico do século XVIII, o Iluminismo, da qual sua nomenclatura decorre dos pensadores da época e que se diziam os portadores das luzes que aclararia as trevas, a filosofia das luzes, defendia que a razão era a única forma de transpor a escuridão.

As correntes iluministas e humanitárias, das quais Voltaire, Montesquieu, Rousseau seriam fiéis representantes, fazem severa crítica aos excessos imperantes na legislação penal, propondo que o fim do estabelecimento das penas não deve consistir em atormentar um ser sensível. A pena deve ser proporcional ao crime, devendo-se levar em consideração, quando imposta, as circunstâncias pessoais do delinquente, seu grau de malícia e, sobretudo, produzir a impressão de ser eficaz sobre o espírito dos homens, sendo, ao mesmo tempo, a menos cruel para o corpo do delinquente (BITENCOURT, 2011, p.52).

Com as correntes iluministas houve algumas mudanças quanto às velhas concepções arbitrárias, passando a ser baseadas em parâmetros racionais de maior respeito e à condição humana. Porém, apesar da aparente preocupação com o ser humano, as medidas adotadas eram somente para atender às necessidades da burguesia, que utilizava o controle social que a prisão possibilitava para chegar ao poder.

Ao longo do tempo, a burguesia entendeu que a pena privativa de liberdade seria uma maneira de controle social das massas e, com isso, passou a ser a penalidade mais aplicada do direito punitivo moderno. Desse modo, surgiram três modelos que afloraram os sistemas penitenciários atuais. A seguir, analisaremos os três sistemas penitenciários: *filadélfico* ou *celular*, *auburniano* e *progressivo*.

O modelo *filadélfico* ou *celular* foi desenvolvido nos Estados Unidos em um período em que se propagandeava a privação de liberdade como meio de “recuperar” o condenado. Nesse cenário, “[...] as autoridades começaram a se movimentar no sentido de criar uma instituição na qual o isolamento celular, a oração e a total abstinência de bebidas alcoólicas seriam capazes de criar os meios para salvar tantas criaturas infelizes” (MELOSSI; PAVARINI, 2006 p.187).

A estrutura desta forma de execução penitenciária se baseava no *isolamento celular dos internos*, na *obrigação ao silêncio*, na *meditação* e na *oração*. Este sistema garantia, em primeiro lugar, uma drástica redução com as despesas de vigilância; em segundo lugar, este rígido estado de

segregação individual negava, *a priori*, a possibilidade de introduzir um tipo de organização industrial nas prisões (MELOSSI; PAVARINI, 2006, p.188).

O modelo filadelfiano foi a alternativa para o trabalho carcerário no período da produção manufatureira. Segundo Melossi e Pavarini (2006):

O cárcere celular filadelfiano recoloca, em escala reduzida, o *modelo ideal* (ou seja, a ideia abstrata de como as relações de classe e de produção deveriam organizar-se no “mercado livre”) da sociedade burguesa do primeiro capitalismo. O trabalho não deve ser necessariamente produtivo, mas sim instrumental do projeto então hegemônico, da vontade de “transformar” o criminoso em “ser subordinado”. O modelo virtual de “ser subordinado” que a execução penitenciária fundada no *solitary confinement* propõe é aquele do trabalhador ocupado numa produção ainda de tipo artesanal, numa oficina, numa manufatura. Para esta finalidade, a educação para o trabalho deve se dar através de um processo produtivo essencialmente manual, onde o peso do capital fixo é quase nenhum (MELOSSI; PAVARINI, 2006, p.198-199).

Desse modo, o sistema desenvolvido serviu como instrumento de dominação, sendo o discurso de melhorar as condições da prisão mero pretexto para implantar a ideologia da classe dominante.

No período da industrialização, o modelo filadelfiano começou a decair, visto que a sociedade industrial necessitava de um sistema que possibilitasse trabalho produtivo, o que não era mais possível com o trabalho individual; a nova era demandava trabalho coletivo. Desse modo, o trabalho auburniano pareceu a solução para as adversidades econômicas que o antecedente causava. O sistema auburniano era baseado no seguinte aspecto:

Em essência, a originalidade do novo sistema consistia na introdução de um tipo de trabalho de estrutura análoga àquela então dominante na fábrica. Chega-se a esse resultado gradativamente. Num primeiro momento, [prossegue o autor] permitiu-se ao capitalista privado assumir, sob a forma de concessão, a própria instituição carcerária, com a possibilidade de transformá-la, às suas expensas, em fábrica. Num segundo momento, aderiu-se a um esquema de tipo contratual, no qual a organização institucional era gerida pela autoridade administrativa, permanecendo sob o controle do empresário tanto a direção do trabalho quanto a venda da produção. Essa última etapa assinalou o momento da completa industrialização carcerária. As peculiaridades desse tipo de organização não se limitavam apenas ao setor econômico, compreendendo também, mais especificamente, fenômenos como a *educação*, a *disciplina* e as *modalidades no tratamento enquanto tal*, efeitos, todos eles, da presença do “trabalho produtivo” no cumprimento da pena (MELOSSI; PAVARINI, 2006, p. 191).

Dessa maneira, a primeira instituição a utilizar o modelo auburniano foi a penitenciária de Auburn, que deu nome ao sistema, que na época pela divulgação que teve tornou-se sinônimo de administração penitenciária americana (MELOSSI; PAVARINI, 2006, p.190). Outro ponto a ser destacado desse modelo é que os trabalhos desempenhados nas prisões demandavam baixos custos, começando a competir com o trabalho livre e, com isso, os movimentos sindicais e comissões de trabalhadores temporários reivindicavam medidas “[...] contra a ameaça que a colocação das mercadorias produzidas pelos presos no mercado livre representava para a sua organização” (MELOSSI; PAVARINI, 2006 p.2003), causando um colapso no modelo auburniano.

Com a crescente oposição dos sindicatos e organizações operárias contra a ocorrência do trabalho carcerário, exploração predatória da força de trabalho, castigos desumanos por motivos disciplinares ou econômicos etc. impediram a transformação da penitenciária em empresa produtiva. “No início do novo século, a penitenciária deixava, assim, de ser uma ‘empresa produtiva’: os balanços começaram a acusar, novamente, déficits cada vez maiores.” (MELOSSI; PAVARINI, 2006 p.2007).

A exploração do trabalho e o controle social mais uma vez foram legitimados por uma sociedade que justificava a prisão com um suposto discurso humanitário e carismático, que pregava a privação da liberdade como meio eficaz para a “regeneração” dos indivíduos, por serem desprovidos de posses. Era visto como instituição coercitiva para transformar o criminoso não proprietário em proletário não perigoso.

A partir do século XIX, a pena de prisão prevaleceu em relação às demais. A busca pela “ressocialização” do recluso chegou ao auge e, com isso, foi implantado o sistema progressivo das penas, chegando o mais próximo, com algumas modificações, do sistema penitenciário contemporâneo.

A essência desse regime consiste em distribuir o tempo de duração da condenação em períodos, ampliando-se em cada um os privilégios que o recluso pode desfrutar de acordo com sua boa conduta e o aproveitamento demonstrado do tratamento reformador. Outro aspecto importante é o fato

de possibilitar ao recluso reincorporar-se à sociedade antes do término da condenação. A meta do sistema tem dupla vertente: de um lado pretende construir um estímulo à boa conduta e à adesão do recluso ao regime aplicado, pretende que esse regime, em razão da boa disposição anímica do interno, consiga paulatinamente sua reforma moral e a preparação para a futura vida em sociedade (BITTENCOURT, 2011, p.98).

O modelo progressivo da época teve grandes influências no modelo progressivo atual. Diante disso, é importante analisarmos o legado deixado por alguns estabelecimentos que adotaram tal sistema. Nesse sentido, segundo Bittencourt (2011), temos como exemplo a Ilha de Norfolk, localizada na Austrália, lugar onde a Inglaterra mandava seus criminosos mais perversos. Tal sistema funcionava nos seguintes moldes:

Esse sistema foi denominado pelos ingleses sistema progressivo ou *mark system* (sistemas de vales). Consistia em medir a duração da pena por uma soma de trabalho e de boa conduta imposta ao condenado. Referida soma era representada por certo número de marcas ou vales, de maneira que a quantidade de vales que cada condenado necessitava obter antes de sua liberação deveria ser proporcional à gravidade do delito. Diariamente, segundo a quantidade de trabalho produzido, creditava-se-lhes uma ou várias marcas, deduzidos os suplementos de alimentação ou de outros fatores. Em caso de má conduta impunha-se-lhe uma multa. Somente o excedente dessas marcas, o remanescente desses "débitos-créditos", seria a pena a ser cumprida. A duração da condenação determinava-se pela gravidade do delito, pelo aproveitamento no trabalho e pela boa conduta de cada apenado. (BITTENCOURT, 2011, p.98-99)

O sistema progressivo, segundo Bittencourt (2011), desenvolvido na Inglaterra por Alexander Maconochie, consistia em três fases: 1ª- isolamento celular diurno e noturno; 2ª- trabalho em comum sob a regra do silêncio; e 3ª- liberdade condicional. Outro registro que aderiu ao sistema progressivo, que podemos observar, é na Irlanda. De acordo com Bittencourt (2011), Crofton fez a introdução desse sistema na Irlanda com uma modificação, com o intuito de preparar o regresso à sociedade.

Sendo assim, o regime Irlandês ficou composto por 4 fases: 1ª- reclusão celular diurna e noturna; 2ª- reclusão celular noturna e trabalho diurno em comum; 3ª- período intermediário; e 4ª- liberdade condicional. A inovação criada por Crofton quando criou um período intermediário assemelha-se ao regime semiaberto aplicado hoje em alguns países, inclusive no Brasil. O sistema progressivo, para a época, foi considerado um avanço, visto que no decorrer da história amenizou condições

desumanas no cárcere e permitiu que a pena não fosse integralmente cumprida no “regime fechado”, sendo “menos pior”.

No entanto, o sistema progressivo encontra-se em crise. Sobre as limitações desse sistema, podemos abordar que a prisão não possibilita nenhum benefício para os presos ou para a sociedade visto que é incapaz de “recuperar” o indivíduo, visto que a pena de prisão não é um meio para resolver questões que estão ligadas à carência acarretadas pela ausência de políticas públicas, uma vez que os governos recorrem à polícia, aos tribunais e à prisão para conter as desordens geradas pelo desemprego em massa, pela generalização dos trabalhos assalariados precários e pela falta de proteção social das classes subalternas.

No Brasil, as primeiras prisões surgiram a partir do século XIX, com base no sistema progressivo, com celas individuais e “oficinas de trabalho”, com uma arquitetura própria para a pena de prisão. Porém, não é novidade que atualmente os presídios encontram-se em situação de negação de direitos humanos, celas apertadas com número superior ao limite que comporta, higiene precária, prédios envelhecidos e sem conservação.

São muitos os fatores que fizeram com que o sistema carcerário brasileiro chegasse à precariedade em que se encontra atualmente. Os pontos mais graves são: o abandono, a falta de investimento e o descaso do poder público. Dessa forma, aquele sistema que tinha o intuito de tornar-se um instrumento de substituição das penas desumanas, como as de morte e tortura, não tem desempenhado o seu papel.

Ademais, todos esses fatores são agravados quando se verifica a situação vivenciada por mulheres transexuais e travestis, pois historicamente estas sofrem inúmeras violências na prisão, que ao mesmo tempo representam um modo de funcionamento geral das prisões e que chegam às travestis sob formas peculiares, agravadas em razão de suas identidades de gênero. Essa violência levou à criação de uma ala especial para pessoas trans e travestis.

Criada em 2009, a primeira ala do Brasil exclusiva para o público carcerário LGBT foi implementada no Presídio São Joaquim de Bicas II, no município de mesmo nome. Depois, foi transferida para a Penitenciária Professor Jason Soares Albergaria, com capacidade para 34 detentos, mas, onde, atualmente, vivem 91 pessoas privadas de liberdade, segundo dados

requeridos pela Lei de Acesso à Informação. A ideia não surgiu do dia para noite. Foram dez anos de pesquisa para encontrar a solução, que veio da mente e das mãos da então coordenadora de Políticas de Diversidade Sexual de Minas Gerais, Walkíria La Roche (SAKAMOTO; CABRAL, 2018, p.80).

A condicionalidade penal e as múltiplas problemáticas do sistema de justiça criminal, quando relacionada às travestis e mulheres transexuais, é produzida pelo lugar em que elas habitam na sociedade, que historicamente conecta a palavra travesti ao contexto do crime e da marginalidade, o modo que muitas das mulheres trans e travesti enfrentam para sua subsistência. Quando ingressam no sistema penitenciário, têm suas identidades de gênero deslegitimadas e geralmente cumprem suas penas em penitenciárias masculinas.

Apesar da criação da ala das travestis em algumas penitenciárias com o intuito de diminuir os casos de violência física, psicológica e também propiciar um ambiente onde as travestis e transexuais possam expressar sua identidade de gênero, como deixar o cabelo crescer e usar maquiagens, há ocorrências de violência. Foram registrados em vídeos e documentários “A Ala”, de Fred Bottrel e “Close”, de Rosane Gurgel, em que há relatos de algumas violações sofridas e, entre elas, podemos citar: cortes de cabelo compulsórios; sexo forçado em troca de bens alimentícios; utilização de seus corpos para esconder/traficar drogas (o que, na prisão, é conhecido como “mula”); exploração da prostituição em troca de alimentos ou de medicações; perda do direito ao ensino, ao exercício religioso, ao trabalho.

Quando se diz que a realidade prisional é contraditória e que as travestis, ainda que beneficiadas por um espaço específico que as possibilita expressar mais “livremente” suas identidades de gênero, experimentam padrões novos, distintos e mais eficazes de controle e repressão (já que são mais potencialmente vigiadas que antes), não se está dizendo que uma ala só para elas não deveria existir ou que o trabalho do movimento social é inútil. Ao contrário, a importância desses espaços como ferramentas que contribuem para a cidadania e afirmação dos direitos humanos precisa ser reconhecida.

O que se está dizendo na verdade é que esses novos dispositivos de controle e repressão são próprios da existência das prisões, porque todos os sistemas

penais, como bem lembra Zaffaroni (1999), exercitam o poder na forma de controle e repressão e encontrarão novas formas de fazê-lo. Reconhecer e garantir o direito de que essas mulheres possam cumprir pena de acordo com a sua identidade autodeclarada e com a sua expressa vontade é uma medida que precisa ser adotada, sendo ela capaz de preservar vidas.

Em síntese, o conteúdo trabalhado neste segundo capítulo foi produzido a fim de traçar uma trajetória do sistema carcerário e a situar as mulheres trans e travestis nesse cenário. Para isso, foi necessário um breve resgate da formação no decorrer da história. No próximo capítulo, analisaremos a partir da vivência de uma ex-egressa do sistema carcerário as relações sociais de gêneros instituídas no sistema de justiça e penal brasileiro, visando responder à relação entre a questão de sexo e gênero, crime e justiça e sua inserção nos espaços de uma sociedade heteronormativa.

4. SISTEMA PRISIONAL: UMA ANÁLISE DE VIVÊNCIA

Neste capítulo, o intuito é a análise com base no percurso teórico desenvolvido até aqui e a partir da história de vida de um sujeito egresso do sistema prisional, entrevistado especialmente para esse estudo. O material foi colhido através de entrevista semiestruturada, com um roteiro previamente definido, seguindo as normas éticas em pesquisa. Trata-se da abordagem qualitativa com base na metodologia da história oral. Os pontos levantados nos capítulos anteriores serão agora, objeto de estudo a fim de verificarmos as realidades de uma sociedade heteronormativa e as condições de vida dentro e fora do sistema carcerário.

4.1 Condições de vida e trabalho

Eu venho de uma infância muito pobre, muito simples e que eu me lembro, de minha mãe uma mulher batalhadora, trabalhadora. Você entendeu? Guerreira, mas que nunca, nunca, nunca teve seu espacinho, teve sua casa, teve sua privacidade, sabe? Seu espaço, que nunca foi feliz devido as escolhas dela. Onde a minha infância veio decorrer de uma infância muito pobre, muito sofrida, mais ou menos a minha realidade que a gente vê hoje né!? É, mas, porém, eu era muito feliz, porque eu acho que se você está com a sua mãe, você está com seu pai, você está com sua família, não tem preço que pague isso né, você ter a base. E eu fui assim, perdi minha mãe muito cedo né, minha mãe naquela época ela tinha doença, era soropositivo, e todo mundo sabe que na época dos anos 1980, o preconceito que existia, era muito o preconceito, eu não me lembro, eu lembro das minhas tias contando, sabe? As pessoas contando do preconceito, que não podia comer na colher, não podia fazer isso, não podia fazer aquilo. Aonde eu cheguei a morar em orfanatos, comecei ter acompanhamento em orfanatos, me separaram da minha mãe, eu e meus irmãos, minha mãe tinha que acabar morando sozinha e vivendo com a doença e nós vivendo separado em orfanato. Ficamos no orfanato aqui de Ribeirão Preto por um tempo, até que encontraram uns avós, que são avós dos meus irmãos, que é do meu padrasto, da família do meu padrasto. Porque a minha mãe, como eu falei, minha mãe era a pessoa que trabalhava, era guerreira, mas nunca teve um envolvimento legal. Eu lembro da minha mãe sendo espancada, sabe?! Eu lembro deles usando drogas de madrugada, sabe, então eu tive esse tipo de infância." "Eu lembro da minha mãe sempre fugindo dos lugares por causa que assim, minha mãe, nós nunca tivemos nossa casa, a gente sempre morou na casa dos outros, entendeu? Era sempre a minha mãe trabalhando, mas sempre na casa dos outros. Já dormimos na praça, já passamos fome, sabe, de eu pegar com 10 anos, 9 anos de idade eu pegar carrinho de feira e eu ia até o varejão pedir na porta coisa podre que sobrava pra poder ajudar a minha mãe (Entrevista Girassol).

Girassol, começa a entrevista apresentando um pouco da sua história de vida, onde se pode perceber a experiência de sucessivos abandonos, um ponto importante a ser destacado antes de adentrarmos na discussão e análise da entrevista, no processo de reconhecimento da sua sexualidade o entrevistado por diversas violências de como esse reconhecimento foi aceito não se identifica como transexual e travesti e se denomina com os pronomes ele/o e como homossexual e artista drag queen mas que durante a sua trajetória de vida iniciou um processo transexualizador que foi interrompido por diversas dificuldades como iremos indentificar no decorrer da entrevista, desde a ingestão de hormônios até aplicação de silicone industrial e a rejeição familiar por motivos religiosos.

Como relatado acima, a mãe era soropositiva, isso, na década de 1980, período ainda distante do tratamento capaz de assegurar qualidade de vida e de combater preconceitos que envolvem as pessoas com HIV/AIDS. Assim, ele e os irmãos foram retirados do convívio com a mãe e colocados em “orfanatos” até que após determinado tempo eles passaram a viver com os avós, mas como se verá, essa vivência também será interrompida.

Observa-se também que além de a mãe de Girassol viver profundos preconceitos, levando inclusive a perda do poder familiar sobre os filhos, ela é caracterizada como guerreira, como quem trabalhava muito, mas como quem não tinha sequer onde morar. Era uma mulher também abandonada!

Destaca-se que, historicamente, a inserção das mulheres no mercado de trabalho foi ocorrendo a partir de aguda exploração, quando do não reconhecimento da capacidade feminina para o exercício de funções consideradas masculinas, pois, às mulheres, a sociedade patriarcal definiu o espaço doméstico, da sócio reprodução, ou seja, do cuidado com a alimentação, limpeza, educação e demais cuidados com as pessoas da família, função designada às mulheres, que deveriam servir aos homens da família, para que esses pudessem trabalhar fora, constituir carreiras etc. Assim, após muita luta das mulheres individualmente, dos movimentos feministas e da própria história da realidade social, a força de trabalho feminina passa a ser requisitada fora do espaço doméstico, contudo, a partir de intensa exploração, violência, opressão e desigualdade salarial.

O trabalho das mulheres, ao longo da história, foi “mal visto”, justificativa para garantir os baixos salários, ainda que em situações nas quais as mulheres desenvolvam atividades semelhantes às dos homens, o salário é inferior, inclusive nos dias de hoje, pleno século XXI. A partir do movimento sócio histórico e dos movimentos feministas, as mulheres vão conquistando os seus direitos, civis, políticos e do trabalho, mas, ainda assim, em pleno século XXI, permanecem vítimas das situações trabalhistas sem quaisquer reconhecimentos, ocupam em maior número, ainda hoje, as atividades de limpeza, de educação, de cuidados em saúde e de trabalho social, ou seja, o patriarcado impõe também uma divisão sexual do trabalho. Apesar de trabalharem fora de casa, se mantêm em maior número nas funções necessárias à reprodução da vida (VERGÈS, 2020).

Importante destacar que há uma hierarquia na exploração do trabalho feminino, porque está atravessado pela questão étnico-racial e de sexo. Assim, cumpre registrar que mulheres racializadas, lésbicas, trans, periféricas, na sua grande maioria mulheres negras, mas também indígenas, imigrantes são as mais excluídas, desprezadas e exploradas (VERGÈS, 2020).

Nesse conjunto de questões, é preciso salientar também o peso da formação sócio histórica do Brasil baseada na escravização de africanos e africanas e na sociedade patriarcal. Também devem ser referidos os impactos do Estado, historicamente autoritário, avesso à participação popular e de adesão ao neoliberalismo, onde famílias inteiras são afetadas pela ausência dos direitos sociais e do trabalho, afetando profundamente às mulheres responsáveis em manter a família alimentada, com lugar para viver e bem cuidada, ainda que pese o desemprego e a superexploração no trabalho e a opressão de gênero.

O depoimento de Girassol é revelador dos impactos da sociedade patriarcal e neoliberal, a expropriação que mulheres sofrem, expropriação dos seus corpos, dos seus filhos, das suas condições de vida e da castração dos seus horizontes. Tudo isso, recai de forma muito mais intensa sobre as mulheres negras, as quais ocupam as atividades mais pesadas, sem direitos, inseguras e informais. Vivem em territórios abandonados pelo Estado, no sentido da infraestrutura básica, do apoio ou da política de moradia, por outro lado, esse Estado está presente por meio do seu braço

armado, atirando e matando jovens, sem qualquer processo, miram especialmente pela cor, marcando a vida dessas mulheres que têm os filhos assassinados ou encarcerados, uma verdadeira expressão da necropolítica (MBEMBE, 2016).

Neste debate, é preciso reconhecer que, mesmo após quase 400 anos de escravização de africanos e africanas no Brasil, não se estabeleceu qualquer política de reparação, acumulando as injustiças, as expropriações e as violências por meio do racismo estrutural.

Dessa maneira, frisa-se que o trabalho doméstico acabou por manter a histórica servidão de mulheres negras às brancas, na Casa Grande, pois ante a ausência de políticas sociais e de igualdade sexual e racial no mercado de trabalho, o emprego doméstico se tornou a única opção de sobrevivência para as mulheres negras (GONZÁLES, 1984).

Ademais, reconhece-se que as mulheres lésbicas e trans são marginalizadas e não aceitas pela sociedade. Assim, cumpre pensar na intersecção entre classe, raça, sexo, território e deficiência como determinantes importantes para compreender o histórico conjunto das expropriações e explorações que as mulheres e corpos dissidentes estão sujeitos.

Arruza; Bhattacharya; Fraser (2019) evidenciaram a necessidade de o debate que envolve o trabalho, a divisão sexual do trabalho, a sociedade patriarcal e o direito das mulheres se conectar às outras dimensões e não apenas ao quesito econômico, que apesar de muito importante, quando alijado do debate sexista e racista, acaba por privilegiar apenas as mulheres brancas, não incorporando as demandas dos demais grupos subalternizados.

Girassol relata a sua infância marcada pelas violações de direitos e preconceitos, aqui podemos citar a importância da política de habitação, uma vez que a mesma garante à população, sobretudo a de baixa renda, o acesso à moradia digna, promovendo a inclusão social. A execução das políticas públicas está ligada à concretização dos direitos e garantias fundamentais constitucionalmente previstos, principalmente os da ordem social, dentre os quais está o direito à moradia, muito importante para uma vida digna da pessoa humana.

No depoimento, além da ausência de políticas sociais de apoio à família de Girassol, ainda se fazer mister reconhecer a existência da violência doméstica vivenciada pela sua mãe, falta de condições dignas de trabalho, certamente gerada pelo preconceito com relação a sua condição de vida, como acima citado, “ela tinha doença, era soropositivo, e todo mundo sabe que na época dos anos 1980, o preconceito que existia, era muito o preconceito” isso demonstra o repúdio às diferenças de características existentes na condição humana, a discriminação gerada pela doença refere-se ao tratamento desigual, na época dos anos de 1980 a doença ficou conhecida basicamente como uma “sentença de morte”, a discriminação era tanta a ponto de separar os filhos da sua mãe como conta Girassol,

[...] a perca dos meus pais eu morava no orfanato, minha mãe morava sozinha, minha mãe trabalhava num lugar aqui em ribeirão preto, numa via Anhanguera, numa firma onde acabou sendo atropelada. Morreu. Eu lembro que eu estava no orfanato na época, eu morava no orfanato quando minha mãe chegou a falecer (Girassol).

Nos dias atuais, a política de saúde avançou muito, especialmente a política voltada para o atendimento, acolhimento e tratamentos para as Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST/HIV/AIDS), todavia, o preconceito ainda é muito forte e responsável por emitir juízos de valor condenatórios, implicando no alijamento das pessoas contaminadas do convívio social e do trabalho. Porém, existem avanços, por exemplo, o preconceito foi definido como crime através da Lei nº 12.984 de 2014 (BRASIL, 2014), podendo levar à prisão de 1 a 4 anos e multa. Todavia, no Brasil, a luta por direitos e respeito ainda é longa.

[...] Aí acabei ficando no orfanato até que eu fui adotada pelos meus tios maternos[...]. “[...]eu e meus dois irmãos juntos. Aonde tivemos uma vida, vamos dizer assim tivemos uma família né, o que eu não tive com a minha mãe praticamente [...]” “[...]Tivemos casa, sabe? A gente tinha nosso quartinho, nós três dormíamos juntos e tanto que a minha tia também era assim, era só meu tio que trabalhava, a minha tia fazia pano de prato, e ela tem três filhas, então já era seis com mais dois eram oito boca na casa, querendo ou não[...].” “[...] Então, mas assim eu não reclamo, porque eu tive uma vida muito boa, independente do fim que eu vou falar para vocês, eu posso dizer que ali eu tive uma vida boa, sabe? Eu fiz minha religião, eu crismei, sabe? Então, assim a gente teve uma vida boa. Eu não sei hoje, hoje eu não sei te dizer isso tá, mas eu vou dizer, é, eu comecei a ter umas

coisas, comecei fazer umas coisas muito errada, sabe? [...]” “[...] eu comecei andar errado, vamos dizer assim, pronto. Eu comecei andar errado, tipo assim, é, eu ia nos lugares, nas festas, e então eu mexia na bolsa das mulheres, das pessoas, eu mexia nas coisas que não era minha, furtava vamos dizer, naquela idade, eu tinha 13, 14 anos de idade [...]” “[...] eu fui morando com meus tios, a gente começou ir em chácaras de uns amigos e eu, com esses modos operantes, feios, né? que eu já tinha, eu não sei se era, aí, eu não sei, hoje eu penso, hoje eu penso que era porque o meu sofrimento, tanto que sofri a pobreza e eu querer, eu não sei te explicar isso(Girassol).

Nesse trecho, as questões relatadas incidem nas análises que tais atitudes advinham de reflexos da negação dos direitos, pela situação vivenciada por toda uma infância de pobreza extrema e abandono familiar.

Não se trata de justificar o exposto, mas cumpre reconhecer a lógica perversa das desigualdades sociais instauradoras das lacunas mais severas vivenciadas por inúmeras famílias. O desejo por possuir alguma coisa, em ter, ainda mais considerando o histórico de tantas negações pode ter favorecido ao fato que Girassol passe a buscar as inúmeras lacunas vivenciadas pela obtenção de pertences alheios.

E aí depois disso foi acontecendo coisas erradas, erradas, erradas e eu arrumei meu primeiro emprego, né? Eu já tinha 14, 15 anos eu arrumei meu primeiro emprego, que foi no McDonald's, eu morava com meus tios ainda[...]” “[...] lá é uma empresa que você vai aprendendo por áreas, né? Você entra na cozinha, depois você aprende isso, depois aprende aquilo até eu chegar no caixa, juntar com amigos e encontrar malícia, aprender malícias feias de furtos, sabe, achava que nunca ia dar errado, que nunca dava errado, que nunca dava errado, e eu morava com meus tios, eu era certo, eu tinha uma família, é como eu te falo, eu tinha uma religião, sabe? Eu tinha Deus no coração, mas parecia que por outro lado eu tinha uma coisa tão ruim, sabe? Do outro lado, quando eu pensava em coisa negativa, era como se eu quisesse realmente fazer aquilo, né? Aí acabou que perdi meu emprego do McDonald por fato disso mesmo. “[...] Foi acontecendo muitas coisas ruins na minha tia, até chegar ao ponto da minha tia me devolver para o Conselho Tutelar. Minha tia pegou eu, botou no carro e me levou de volta, só eu, e deixou meus dois irmãos, levou eu pro orfanato.” [...] depois de quase um mês meu irmão apareceu no orfanato também tipo assim, ele queria ir atrás de mim, ficou comigo até a gente ser adotado pelos avós do meu irmão, da família do pai dele, aí nós fomos adotado pela minha avó, que eu tenho como minha avó (Girassol).

Girassol narra que ante a ausência de proteção social, sua tia, ao se ver diante de uma problemática que não sabia como resolver, o devolveu ao Conselho Tutelar. Desse modo, Girassol sofre um novo abandono, ao não ser mais aceito na

família em que vivia, retorna ao orfanato e terá a companhia de seu irmão, um mês após o ocorrido. Esse é um processo muito singular e que marcou profundamente a sua história, de significativos abandonos e rupturas de vínculos.

De acordo com as vulnerabilidades vivenciadas, podemos observar o quanto é essencial as políticas públicas de assistência social, estruturada especialmente a partir do Sistema único de Assistência Social (SUAS), em garantir apoio e proteção social às famílias:

a família deve ser apoiada e ter acesso a condições para responder ao seu papel no sustento, na guarda e na educação de suas crianças e adolescentes, bem como na proteção de seus idosos e portadores de deficiência; o fortalecimento de possibilidades de convívio, educação e proteção social, na própria família, não restringe as responsabilidades públicas de proteção social para com os indivíduos e a sociedade. (PNAS, 2004, p. 90)

O acompanhamento familiar pelo CRAS, CREAS tem um papel fundamental na superação de situações acima citada pela sua capacidade de prevenir a ruptura de vínculos familiares, possibilitando a superação de suas situações de fragilidade social vivenciadas, promovendo acesso aos demais serviços setoriais, contribuindo para usufruto de direitos.

Mas, é importante frisar que apesar dos avanços trazidos pela Política Nacional de Assistência Social e pelo SUAS, ainda existem inúmeras dificuldades que comparecem no dia a dia desses serviços, inviabilizando o seu papel precípua de proteção social (COUTO, YAZBEK E RAICHELIS, 2010). Entre as dificuldades vivenciadas pelos serviços tanto da Atenção Social Básica operacionalizada pelos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) quanto pela Atenção Especial operacionalizada pelos Centros de Referência Especializados em Assistência Social (CREAS), destaca-se que embora o grande contingente de atendimento desses serviços seja de mulheres, especialmente de mulheres negras, ainda há uma lacuna muito grande no sentido de as equipes multiprofissionais desenvolverem atividades específicas para as mulheres negras. A situação pode se complicar ainda mais, quando se considera as pessoas consideradas corpos dissidentes, trans e travestis.

A PNAS/SUAS trata do conceito de vulnerabilidade social, quando inúmeras publicações dão conta de informar que se trata de um conceito muito abstrato do

modo como está nos documentos oficiais da política de assistência social (COUTO, YAZBEK E RAICHELIS, 2010). Todavia, aqui, sente-se a necessidade de reforçar a necessidade de tratar o conceito de vulnerabilidade social a partir da condição de gênero, que expõe mulheres e corpos dissidentes às piores condições de vida, de inúmeras expropriações e violências.

O conceito de matricialidade familiar que está nos documentos da PNAS/SUAS (COUTO, YAZBEK E RAICHELIS, 2010) também precisa ser analisado à luz dos arranjos de famílias os mais diversos possíveis. Portanto, cumpre à equipe multiprofissional debater, criar espaços de discussões e orientações, como também de acolhimento familiar para as questões de gênero. Como se sabe, vigora na sociedade, a heteronormatividade que deságua num determinado modelo de família, aquele constituído de homem, mulher e os filhos, os quais devem preferencialmente seguir a relação afetiva hétero, a qual já se encontra normatizada e naturalizada na sociedade, desde longa data.

A partir da experiência de estágio em uma unidade do sistema prisional e da realização desse estudo, é possível salientar a necessidade de assistentes sociais e demais membros das equipes multiprofissionais dos CRAS e dos Creas, como de toda rede sócio assistencial, do próprio sistema prisional e demais serviços de uma ação profissional garantidora dos direitos humanos mais fundamentais, como é o direito à própria identidade.

Dessa maneira, o trabalho com famílias precisa avançar para além das questões econômicas, que são deveras importantes, mas que necessita ir além, enfrentando o preconceito, a violência doméstica e toda forma de preconceito. Salienta-se que documentos da política de assistência social têm alertado, de forma reiterada, a necessidade de combater toda forma de preconceito e discriminação, em específico:

Art. 1º A rede socioassistencial do Sistema Único de Assistência Social - SUAS deve atuar de forma articulada para a promoção de atendimento qualificado ampliando acesso aos serviços e programas socioassistenciais para a população LGBT.

Art. 2º A rede socioassistencial deverá garantir no âmbito de todos os níveis de proteção social o reconhecimento e a adoção do nome social mediante solicitação da/do interessada/o.

Art. 3º A garantia do reconhecimento da identidade de gênero deve ser estendida também para crianças e adolescentes, em diálogo com os responsáveis.

Art. 4º A rede socioassistencial deve garantir o uso de banheiros, vestiários, alojamentos e demais espaços segregados por gênero, quando houver, de acordo com a identidade de gênero de cada usuária/o.

Art. 5º A União, estados, municípios e o Distrito Federal deverão atuar com base nas seguintes diretrizes no âmbito do SUAS:

I - Reconhecimento das famílias compostas por membros e/ou responsáveis LGBT, sejam os laços formalizados ou não, no eixo da Matricialidade Sociofamiliar;

II - Prevenção e combate ao preconceito relacionado à identidade de gênero e à orientação sexual por meio da realização de atividades, campanhas e outras iniciativas de comunicação;

III - promoção de uma cultura de respeito e de não violência por meio de debates, oficinas e seminários que discutam as demandas da população LGBT;

IV - Qualificação do atendimento e do acompanhamento individual e familiar por meio do fortalecimento da capacitação dos profissionais que atuam no SUAS, na lógica da Política Nacional de Educação Permanente do SUAS-PNEP/SUAS, para tratar da temática LGBT;

V - Realização de pesquisas e diagnósticos sobre o público LGBT;

VI - Adoção de formas de tratamento adequadas às identidades de gênero de mulheres transexuais/travestis e homens trans;

VII - observância das particularidades das identidades LGBT na elaboração de metodologias de atendimento e acompanhamento, instrumentos de registros e cadastros.

Art. 6º Deverão constar os campos de identificação para Nome Social, Orientação Sexual e Identidade de Gênero nos instrumentos de registro de atendimento, como Prontuários, Cadastros e Planos de Atendimento.

Art. 7º A Vigilância Socioassistencial deverá coletar dados de atendimento e acompanhamento da população LGBT nos territórios garantindo a elaboração de pesquisas e diagnósticos socioassistenciais.

Art. 8º A Proteção Social Básica, por intermédio dos serviços e programas, deverá garantir a construção de estratégias, parcerias e metodologias voltadas à proteção social da população LGBT e que visem à prevenção das situações de vulnerabilidade, riscos e violações de direitos desta população.

Art. 9º A Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade deverá garantir que seus serviços e programas possuam metodologia cultural e socialmente adequada às particularidades das identidades LGBT, garantindo às mulheres transexuais/travestis e homens trans a privacidade de sua identificação e trajetória respeitando e valorizando os diferentes modelos de famílias e de práticas sociais.

Art. 10 Os Serviços Socioassistenciais deverão dirigir especial atenção em relação às crianças e adolescentes LGBT, em particular para a trajetória de construção da identidade mulheres transexuais/travestis e homens trans, comumente cercada por incompreensões, falta de informação, violência e violação de direitos no seio intrafamiliar, que frequentemente ocasionam o rompimento de vínculos familiares e comunitários destas pessoas (BRASIL/CNAS, 2018).

4.2 Me descobrimento enquanto LGBTQIA+

[...]eu comecei a ouvir uma rádio, a rádio Difusora, daqui de Ribeirão Preto, tinha um programa, chamava “mandando bala” e eu ouvia esse programa e sempre entrava uma Drag Queen daqui de Ribeirão Preto, ela entrava no ar brincando, falava assim, bobagem empenho o mundo é Gayyyyy, sabe fazer aquelas brincadeira e a gente ouvia e gostava daquilo. Eu não sei se ali eu comecei a me encontrar, você me entende? Porque aí ali eu comecei a sempre querer ouvir aquela drag que conversava, até querer conhecer ela. Fui conhecer essa Drag, fui no serviço dela e ali eu comecei fazer amizade com os homossexuais que eu acredito que eu conversei me encontrar, sabe?” [...] foi onde ele começou a me levar num lugar à noite aqui, que é no centro de Ribeirão preto, numa praça onde toda segunda-feira todo mundo se encontrava de madrugada lá, todos os homossexuais, entendeu? Eu ficava tudo ali conversando, uns ia namorar, paquerar, caçar, sabe essas coisas. E eu muito jovem, comecei ir, comecei ter esse encontro com eles, foi onde comecei me encontrar, eu comecei já a faltar da escola, sabe à noite, para poder ir para a pracinha, eu estava gostando daquele meio ali”. [...] E aí eu conheci essa praça, foi aonde eu tive meu primeiro beijo, com homem (Girassol).

Os processos de identificação de Girassol como homossexual parte da arte *drag queen* como conta acima. Por mais que a drag queen se apresente, na maioria das situações, em ambientes de cultura gay, a forma artística em si não se correlaciona diretamente com o conceito de identidade de gênero ou orientação sexual, porém é a partir disso que começa seu envolvimento e descobertas enquanto homossexual e nos mundos das drogas.

Aqui, é preciso retomar aspectos já evidenciados da história de vida de Girassol e do grau de vulnerabilidade vivenciada ao longo da sua vida, o que revela que não se trata de um histórico individual, mas que se expande para servir de representação social de todo um grupo social, que ao assumir a sua identidade de gênero, carrega as marcas do abandono, maus tratos, uso de substâncias psicoativas, rupturas de vínculos familiares e tantas manifestações de violências e opressões.

[...] Então onde eu conheci a cocaína e eu comecei também a usar, numa chácara, sabe? “[...] e aquela loucura, e depois no outro dia ruim tinha que ir trabalhar com eles na loja, você está me entendendo, e isso aí praticamente todo dia, nisso comecei nem voltar mais para casa da minha avó (Girassol). [...] até que uma vez um dos amigos fala assim, ó, vamos montar você bem engraçado e vamos na boate, vamos te levar na boate, cê topa? Só que eu era de menor, eu acredito que eu tinha uns 16 anos para ser 17 anos, eu era de menor. Eu falei, não, tudo bem. Eu lembro que me vestiram com uma roupa de senhora, um cinto, um sapatinho de senhora, uma peruca bem feia e uma boneca sem cabeça. Falou, vamos, falei, vamos, cheguei na boate, eu entrei e fui convidada pra fazer o show.” “Aí fui, apresentei o evento, fiz a brincadeira no palco, animei com esse jeito meu, sabe espontâneo e

divertido que eu tenho. E eu fui conquistando o público e conquistei o dono da boate até o dono da boate me contratar (Girassol).

A arte *drag queen* reinventa a si e ao mundo que a circunda, o entendimento de que drag queen não se trata do que o indivíduo se sente em relação a sua própria percepção, tanto interna quanto externa, é, na verdade, o que esse indivíduo faz como expressão artística. Uma mulher transexual pode “ter” uma *drag queen* no sentido de construção do artista performativo, e foi assim com Girassol, enquanto homossexual ele performava a arte.

[...] Aí fui fazer a besteira, né, de me relacionar com um rapaz. Na época, ele não era envolvido, ele não era do mundo gay, ele era homem mesmo, certo, que hoje falando, seria tipo assim, o interesseiro, né? E aí, iludido por ele, e tudo, botei ele dentro do apartamento comigo, eu lembro que nesse dia eu tinha show em Araraquara. Era um sábado, eu acordei de manhã, assim às 5, e aí bateram na minha porta, esmurando minha porta, ele entrou dentro do apartamento, ele me espancou, ele botou fogo em toda a minha roupa, ele queimou tudo as minhas coisas, ele quase me matou, eu tive que sair correndo com a roupa do meu corpo, chinelo, eu não entendi muito o porquê disso, acho que era droga (Girassol).

As narrativas aqui citadas traçam um caminho para entendermos os processos que levaram Girassol pro mundo da prostituição e da drogadição, outro ponto importante a ser observado é o relato de uma das suas primeiras violências sofrida enquanto homossexual performista, identificamos um preconceito, crime de ódio.

Observa-se que a homossexualidade e a performatividade são consideradas desviantes da normalidade hegemônica perpetrada pelo patriarcado e heteronormatividade, se desvia dessas normas hegemônicas na sociedade, impostas ao longo dos tempos, tem-se a violência, a exclusão, a marginalização e até mesmo a morte de quem contraria a cisheteronormatividade.

4.3 A inserção na sociedade a partir do uso das drogas e a prostituição como forma de sobrevivência

[...] a boate Araraquara acabou fechando a boate, eu acabei ficando sem serviço”. “[...]até que eu encontrei umas travesti, era travesti que falava na época, encontrei com umas travestis, eu via elas saindo para a rua, voltava, sabe assim, e eu cansado de ver minha amiga pagando as coisas para mim,

eu pedi para ela, falei pra ela, ó, vê com elas se eu não posso me botar uma peruca, uma roupa e também ir para a rua para poder pelo menos pagar o hotel, que eu tô, né? Aí foi aonde eu fui travesti pela primeira vez em São Carlos” [...] “Até que uma falou que morava na Praia Grande, falou para mim assim, eu vou te levar você para São Vicente. Aí eu falei para ela assim, ai, tudo bem. E foi aonde eu fui para São Vicente, pra uma casa de uma, que na época era cafetona, cafetina né?” [...] “em São Vicente eu acabei virando uma travesti muito bonita, de autoridade, ela me deu uma oportunidade, me deu um nome trans para mim e assim, sabe, eu eu virei aos 18 anos de idade, ninguém olhava e falava que era um homem, eu tava no litoral, só que era uma cidade muito perigosa, muito perigosa. Era assim, você estava na esquina se viesse 2 pessoas a pé você podia correr, porque eles iam bater e te roubar.” [...] eu nunca fui de brigar, eu aprendi a brigar lá, sabe aonde? lá! pois eu tive que aprender, eu cansei de apanhar, eu cansei de ser roubado.” [...] “Eu já passei por muita coisa, eu já fui enforcado, estava fazendo, desculpa falar, fazendo oral e o cara tentar me enforcar e matar e eu ter que esperar ele afrouxar o braço para poder sair correndo, você entendeu, só que também não fui santa, acabei virando uma travesti muito agressiva (Girassol).

Desempregado, longe de casa se viu sem saída, a prostituição foi a única forma encontrada para sua sobrevivência, a prostituição é um lugar de muita violência e, muitas vezes, como forma de defesa teve que também ser violento, corpos travesti são tratadas como menos humanas, como se não pudessem habitar outro lugar que não as margens da vida em sociedade e seus corpos e suas vidas são considerados abjeto que não merecem respeito.

[...] Eu tinha acabado de chegar, e eu lembro assim, que eu estava assim na avenida, trabalhando com mais três da cidade, parou um carro para mim, e elas viraram as costas para o carro, não deram liberdade para ele, aí eu falei, eu vou lá, entrei no carro e saí com o cliente, o cliente quis fazer, é ter a relação sem preservativo, ele me ofereceu um preço muito bom, que para mim, eu tava querendo, era começo de noite, daria pra eu pagar minha diária, daria pra eu ir pra boate, daria pra eu fazer meu fervo, fazer tudo, mas eu estava mesmo era preocupado pra dar meu close pra minhas amigas que estavam lá, que não quis sair com ele. Aceitei tudo, fomos lá, fizemos, pronto, na hora de voltar, ele falou, eu posso deixar lá? Você quer ficar? Falei, não me deixa lá perto delas, ele parou o carro, assim eu abracei ele, falei, obrigado, a hora que eu desci do carro, aí elas gritou assim para ele “tchau, aidético”, e eu não entendi, eu fiquei sem entender, eu olhe para elas assim eu falei, como assim? Aí ela falou assim, ele te deu tanto, te levou ali, falou isso, fez isto, contou tudo o que aconteceu, elas me contou que aconteceu, pois eu fiquei sabendo da história que ele era, um rapaz que saía com as travesti e uma travesti passou para ele o HIV aí ele pega as pessoas novas que chega na cidade, entendeu, e fazia isso. Não me preocupei porque na hora ali meu negócio era sair louca, já ir, pagar para boate, ir para o fervo curtir minha noite. Aí eu lembro que no decorrer de um tempo, eu comecei a ter umas manchas vermelhas no meu corpo todo. Aqui eu comecei a estranhar, entendeu? Depois de estranhar, pra você vê, um calor de São Vicente de 40º grau à noite, eu trabalhava de cacharel e calça

jeans porque eu tinha que tampar as manchas até descobrir a sífilis (Girassol).

A prostituição no Brasil revela espaços de total vulnerabilidade para corpos trans e travesti, em decorrência de diversos processos sociais de exclusão e violência a que são submetidas cotidianamente, bem como a negação de cuidados com a saúde, o uso de drogas lícitas e ilícitas e também muitas vezes ao tráfico. Nos espaços de prostituição, as travestis também aprendem a construir seu gênero, trocam experiências, roupas, maquiagens e fazem intervenções estética das mais simples a mais arriscadas como forma de terem seus corpos validados pelas outras travestis e pelos clientes do trabalho sexual.

[...] Eu lembro que quando eu cheguei, eu falei pra vocês, eu cheguei um menininho, rapazinho, bonézinho, magrinho, bem magra, minha bunda era bem sequinha. Nós chegamos bem gay, bem gayzinho que se veste com bonezinho, nada a ver com mulher, E assim cada mês que passava assim, a cafetina ia lá e evoluía, pegava, porque assim ela mesmo colocava o silicone industrial em nós. Ela te dava o dinheiro pra você ir em São Paulo comprar a seringa, a agulha, o silicone, o superbonder e o papel higiênico, porque querendo ou não era uma coisa clandestina, né?! Mas era muito lindo. Então, ela sempre colocava nas bicha (Girassol).

[...] por mais que eu estava hormonizada, eu queria por também, sabe, eu tomava muito hormônio, que era o anticoncepcional, eu com 17, 18 anos, eu acordava assim, vomitando de tanto hormônio que eu tomei sabe, eu batia numa vitamina, eu batia os remédios, era 2, 3 caixas de remédio que eu tomava, tomava a perlutan, tomava as injeções, então fui uma trans muito harmonizada. Aí, até que é um dia chegou minha vez, Eu lembro que ela me colocou deitado, ela desenhou tudo assim, e assim né, o silicone industrial, ela coloca a seringa, ela puxa primeiro sem o silicone para ver se não pegou a veia, porque se pegar a veia ela tira e depois tampa ele com um pedacinho de papelãozinho assim e superbonder no buraco, é assim que é colado buraco do silicone. E eu lembro assim que ela fez 3 furos, ela colocou 3 bolinhas para arriscar, num lado da minha bunda e 3 do outro, só que de um lado eu acabei tendo 7 agulhadas, porque 3,4 pegou veia, mas tipo assim eu coloquei 1 L dessa vez mas deu tudo certo. Tive meu repouso certinho, era um silicone muito grosso, porque eu tinha que ter meu repouso, eu fiquei 10 dias sem levantar fazendo xixi na garrafa, então assim, foi a primeira vez que eu coloquei silicone, até depois chegara colocar no peito também, onde ela foi colocar silicone numa travesti e sobre e a travesti falou “põe nele, põe nele” Aí eu, ai meu Deus, não em mim não, em mim não, mas foi. Coloquei com aquela pressão, aquele medo que parece estar pegando no teu coração. Sabe? Você sente aquelas pontada, e eu quase morri né porque o repouso do silicone do peito, você tem que ficar sentado, eu dormia no sofá sentado. E eu lembro de ter acordado assim, é porque na época também eu usava maconha, sabe? E dormi e acordei de ponta cabeça, ou seja as bichas me acordaram na hora, e assim o silicone já estava no meu pescoço, era um óleo ainda por isso você tem que dormir em pé, pro silicone ficar certinho para ele fazer o formato, se entendeu? Então se eu estava deitado de ponta cabeça o silicone, foi vindo

pro pescoço, aí elas foram lá pegaram compressa de água, abaixaram tudo assim, mas depois daquilo, eu comecei a arrancar tudo e foi aonde não deu certo (Girassol).

[...] os seios é assim, eles fazem tipo um V no meio do peito, no meio aqui eles colocam até a seringa, um pedaço de pau, seringa, porque o silicone não pode passa, ele está óleo ainda né, ele está aquele líquido ainda, então ele tem que fazer toda aquela amarração como se fosse o peito, vem aqui debaixo do braço, corta tanto, tanto vocês tem noção, que você põem papel higiênico, o papel higiênico corta, sua pele fica na carne viva, você entendeu, e eu viajava mais ainda na dor, era onde eu arrancava tudo, eu não aguentava é uma dor que não tem como dormir, entendeu? Já no glúten, na bunda já não, era uma calcinha só de vinil, certo? bem alta, para fazer o quadril mas que também chega uma hora que começa a cortar né? Então assim, eu acabei virando uma travesti muito bonita (Girassol).

Para alcançarem o sonhado corpo, às travesti chegam a colocar sua vida em risco com os procedimentos estéticos clandestino, ingestão de hormônios sem acompanhamento, como Girassol coloca durante a sua entrevista, com isso destaca-se a importância e a efetividade da portaria nº 457, de 19 de agosto de 2008 (BRASIL, 2008), que define e regulamenta o processo transexualizador no Sistema Único de Saúde, para que quebre o engendramento da violação de tais corpos.

A drogadição e o tráfico permeiam grande parte da trajetória de muitas travestis,

[...] quando comecei, já conhecia o álcool né, aí conheci o crack né, eu conhecia só cocaína, mas acabei conhecendo o crack, em cima do crack eu fui me tornando uma pessoa muito feia, sabe? não tinha mais aquele pique, sabe? Não tinha mais aquela beleza, fui perdendo tudo, porque aí eu comecei a morar em casa de cafetina, tive que ir para a rua pagar a diária, fui ficando uma travesti muito feia, até chegar num ponto de eu sair com um cliente, ficar 3 dias com ele no hotel, usando droga, e eu lembro de ter entrado no hotel e depois de ter acordado no HC, Então assim foi aonde que veio a primeira recaída minha né, sempre me disseram que primeiro vem a sífilis e se não tomasse cuidado HIV vinha em sequência e então eu não tinha essa prevenção, eu não me prevenia, então eu tinha essa toda essa dificuldade, aí então saí de lá com todos esses remédios, depois daquilo lá, comecei tomar meus remédios, tudo certinho, acompanhamento, mas cheguei num ponto de esquecer remédio e continuar na prostituição, ficava fraco, ficava debilitado e precisei resolver um jeito de se virar, eu não estava ganhando mas aí eu comecei a traficar porque era um jeito fácil pra eu ganhar dinheiro, e eu não precisava mais beber, não precisava me drogar, né, eu não precisava mais disso porque eu ia ter dinheiro, eu vendia rápido as drogas, eu ia para rua cedinho, eu voltava cedo para casa, tinha dinheiro (Girassol).

Sendo assim, os ambientes de prostituição, geralmente, concentrado em grandes avenidas das cidades, onde são organizados perfis de trabalhadoras e

clientes, onde as travesti constroem e têm sua feminilidade aprovada porém como podemos analisar, é um ambiente muito violento, com negação de direitos, muitas das vezes de respeito, de negligência de cuidados com a saúde devido a rotina de trabalho, e é também nesses espaços onde elas entram em contato com o tráfico de drogas ilícitas, por vontade própria ou para sobrevivência, como usuárias e como fornecedoras de seus clientes e de outras travestis.

4.4 Vivências nos muros do cárcere

Os espaços da prostituição são atravessados por diferentes processos de criminalização, como por exemplo, o do próprio tráfico de drogas e consequentemente a presença da polícia,

[...]Eu fui preso no tráfico, a polícia me pegou e eu fui presa, fiquei um ano e três meses nessa época, que foi em 2008. Passei pela rebelião em 2008 em Ribeirão Preto no CDP, Olha, eu vou falar uma coisa pra você, é uma coisa de louco aquilo, sabe uma coisa que misericórdia, não desejo nem para o meu inimigo um lugar naquele estado que estava, porque até então quando a cadeia virou, eles falam assim na cadeia né, a cadeia é nossa, então ali você se sente bem, parece estar protegida por eles, sabe? por mais que a cadeia estava pegando fogo, quebrando tudo, eu me sentia protegida por eles, mas a hora que o choque entra e aí acontece tudo aquilo é uma coisa assim, filme de terror, sabe um filme de terror que você tem que sobreviver, então, tipo assim, eu consegui sobreviver, graças a Deus, se eu levei os 2, 3 soco, sabe, perto de muita gente que morreu que perdeu perna, braço (Girassol).

As travestis, quando presas, têm suas identidades de gênero deslegitimadas, pois é nos espaços penitenciário masculino onde muitas das vezes cumprem pena de prisão. A rebelião acima relatada, geralmente são movimentos organizados por facções criminosas com o intuito de organização e reivindicações de melhorias, pois elas acontecem como uma reação às precariedades das condições de encarceramento, envolvendo a alimentação, a superlotação entre outros, e é um dos movimentos mais massacrantes por parte da polícia, pois a forma de controle usada é a violência em cima de corpos violentados pelo sistema capitalista.

[...] “Meus irmãos me abandonaram, minha irmã, todo mundo, eu já tava na previdenciária pela segunda vez, no tráfico. Eu lembro que eu tinha que

lavar roupa, eu tinha que fazer faxina, tinha que guardar droga, entendeu? Porque o “viado” lá dentro da cadeia, da cadeia do PCC ele só vale se você somar com eles. Entendeu? Se você somar com eles, você pode ter certeza que não vai faltar nada para você, manda até Sedex para você, entendeu? Mas a hora que o bagulho tiver louco, um blitz, eles mandam logo pra você, 300 g de maconha, 400g de cocaína tudo para você colocar no “rabo”, vamos falar assim, entendeu?” [...] “você só vale lá dentro se tiver com o comando. Naquela época tinha as 2, que era o comando, e a oposição né, as 2 cadeias que existiam e existem ainda, como eu estava somando com eles, como eles falam né, entendeu, então eu passei por muitas coisas, como até mesmo assim sabe que é você ficar numa cela com 30 homens, homens lindos, bonito, novo, velho, forte ó, eu só viado, eu sou homossexual, eu gosto de homem, sabe, eu tive vários problemas lá dentro com isso, deles se trocar perto de mim, assim eu estou sentado na cama e ele tira a roupa perto de mim, se exungar perto de mim sem querer que eu olhe, sabe,?! Uma vez eu debati com o irmão, eu falei, você imagina você numa cadeia feminina com ass mulher, tudo mostrando o bico do peito para vocês, entendeu, se põem no meu lugar, eu falei para eles, sabe, porque a gente já tem isso de não pode ter relação, que se tiver relação eles te quebram, eles te mata. Se vier aval, lá não sei da onde eles te matam. Você tá vendo, aonde você vale com o comando, tipo assim, se eu eu guardo droga, eu somo com eles, aí aconteceu, eu saí com um cara, há, vamos passar um pano para ela dessa vez porque está lá com a gente. Numa dessas, eu não estou com eles, eles me matam, me quebra. É onde eles descontam, a revolta deles vem aí, você está entendendo? Então tinha isso, entendeu? Até que aí eu saí de novo, de 1 ano e 3 meses, de Araraquara, não tive esse juízo, voltei pro tráfico, coisas de 3, 4 meses de novo, eu fui presa de novo no tráfico. Sabe por quê? Porque eu saía, eu não tinha para onde ir, do irmão fala assim, vem para minha casa, minha tia falar vem pra minha casa, não, quem sempre me recebia era aquela travesti, você está me entendendo? É na casa dela, em Riberão Preto onde eu era conhecida como a bicha drogada. Está me entendendo? Até a própria cafetina era drogada, então era o único estado (Girassol).

Pessoas GBT em privação de liberdade em presídios, onde quem manda são as facções criminosas, são atravessadas pelas situações degradantes e controladas pelas facções, desrespeitadas, na divisão do trabalho assumem o papel que socialmente foi “designado às mulheres” como o de faxina, lavar roupa, a forma como se dá a formação das identidades subalternas dentro da prisão do comando, outra coisa apontada é a restrição rigorosa para as práticas de relação sexual entre homens presos, usada como forma de controle para com seus interesses e também é acompanhada por outros processos, como o do preconceito que está engendrado na sociedade heteronormativa. De acordo com o relato de Girassol, as travestis também se tornam mais vulneráveis nesse sistema devido ao seu abandono.

A forma como ele encontrou para sair da cadeia do PCC e ir pra cadeia denominada como da oposição, por não ter facções criminosas, como conta:

[...] Eu fiz a cena pra sair da cela e consegui sair e nessa saída fui falar com o diretor e pedi para sair, e falei que tava sendo ameaçado que eles iam me matar, foi onde eles me tiraram de lá e mandaram para Serra Azul, me mandaram para a cadeia dos dos estupradores, aí me levaram para lá, e eu falei, nossa, eu não, eu não tenho isso na minha pasta, porque é ruim, imagina depois que ta na minha pasta né, acabei ficando com medo disso, só que acabei ficando 6 meses nessa unidade”. [...] “até que eles me tiraram de lá e me mandaram para balbinos, né? mas assim, é bom dizer que no decorrer desse tempo, eu comecei sempre tomar meus remédios, certo, entendeu, mas assim, eu tomava certo quando eu estava presa, então assim, na cadeia eu fazia muito acompanhamento, com os médicos, então eu tinha uma resistência muito boa, sabe, porque eu era muito certinho no meu remédio, sabe? Então, pelo tempo que eu fiquei. Tipo assim, quando eu fui para balbinos em 2010, foi quando eu fui condenado. Eu fui condenado há 6 anos, ou seja eu tinha que ficar até 2016, entendeu”. [...] Quando cheguei em Balbinos, eu tinha um objetivo que era trabalhar porque eu sabia que ela tinha firma. Né? E o legal de lá é que lá, você tem a cela só de homossexuais, sabe os outros, moram em outras celas, tipo assim, os rapazes né? E as e tipo assim, o legal que lá que você tinha rapazes que tinha relação com homossexuais, com travestis que eu tinha de tudo, era uma cela só de homossexual, mas você tinha você via travesti, você tinha gay de barba, se eu tinha gayzinha que gostava de ser menininha, mas independente ele estava ali, ele tinha seu nome de mulher era a única coisa que existia na cela, eu cheguei em balbinos sem nada, sabe? Eu tive que ralar, trabalhar, pedi pra lavar roupa, fazer faxina, fazia programa, porque la tinha cabaré de fim de semana na cela das bichas, está me entendendo que era uma forma que elas tinha as bicha de ter alguma coisa porque não tinha visita, não tinha nada, então eu tinha que fazer programa, tinha que fazer uma coisa para ter um sabonete, pra ter uma pasta de dente, para comer uma bolacha no dia de compra. Porque lá dentro tinha compra que você podia juntar, guardar dinheiro e comprar coisinha no mercadinho todo mês, eu mesmo, para mim, ter uma pasta, um sabonete, aquilo outro, só que assim, o que me fez muito bem dentro do presídio é que eu consegui me cuidar, da minha saúde, o que eu não fazia na rua, lá dentro eu cheguei ir no médico e o médico falar assim, nossa, parece que você nem tem está indetectável. Era muito certo minha saúde lá dentro e também não fazia sem preservativo, eu já tinha isso na minha mente.” Nisso eu já estava trabalhando na firma, ganhando 500 reais por mês, sabe, eu podia me ajudar.” [...] “Eu era sem ninguém, praticamente, tava me fazendo muito bem psicologicamente, financeiramente, sabe, estava me fazendo muito bem lá. Aí eu lembro que eu tive que mudar outro serviço, né, tive que sair de raio, eu tive que ir para outro raio. E aí me trocaram de raio, eu morava no raio 7, me trocaram pro raio 2, eu trabalhava numa firma de bota, uma firma de bota chama bracol. Essa firma era lá dentro mesmo aonde cada raio tinha de de 10 a 20 presos que trabalhava, eu lembro que quando eu fui pedir serviço, eu até menti, eu falei para eles que eu sabia costurar, tudo por causa daquele medo, aquela precisão do trabalho. E aí eu lembro que eu cheguei lá, arrumei uns serviços, meu primeiro dia ela me colocou na máquina assim, e assim é aquele monte de lugar, agulha onde você tinha que colocar a linha que eu não sabia mexer naquilo, e eu tinha falado que sabia, você está me entendendo? Só que aí, tipo assim eu fui muito inteligente para conversar com ela, porque eu falei para ela assim que eu sabia costurar, então tipo assim, ela foi me ensinando, não consegui. Nossa eu tinha até pesadelo com máquina.

Porque eu precisava trabalhar, aquele dinheiro ia me ajudar muito, entendeu? (Girassol).

Em alguns presídios masculinos existe a “ala gay”, cujo principal objetivo é a proteção desses indivíduos. No entanto a criação desses espaços é facultativa a direção prisional, o qual defronta com diversas dificuldades públicas por não possuir planejamento e estruturas por conta da superlotação, dificultando a efetivação da ala gay, as alas permitem de certa forma uma proteção ao indivíduo, ela preserva vidas, de corpos construídos às margens da sociedade que enfrentam processos de estigmatização, violência no decorrer de sua vida.

4.5 Sobrevivendo nos extras muros do cárcere

[...] Eu saí da cadeia, vamos lá quando sai do presídio, eu lembro que eu saí com dinheiro, e aquele negócio, não tinha para onde ir, de novo, né, eu tinha 1300 reais, eu ia fazer o que, fui para Sorocaba, voltei a prostituição, na prostituição eu só fazia coisa ruim, coisa ruim, só agredir as pessoas fez coisa ruim fiz mal para as pessoas, até o ponto da minha resistencia estar muito baixa, eu não ter mais forças, eu ia um dia para a rua e ficava 3 em casa, eu pedia socorro eu queria sair de lá, eu sentia que estava morrendo, eu ja cheguei a dormir uma vez, e falar assim, “Senhor se eu acordar amanhã viva eu juro que eu paro com tudo, porque eu sabia que naquela noite eu ia morrer, sabe aquela sensação ruim que você sente que vai morrer.” [...] “Foi aí que eu conheci esse negócio de usar a internet, eu não conhecia isso, aí uma prima minha, me encontrou essa prima por parte do padrasto e me ajudou a sair de lá, mandou dinheiro para mim, só que ela falou assim, ó, quem está ajudando o pessoal da igreja, então acho que eles vão querer te internar, você precisa aceitar ser internado, e eu falei, aceito. Porque eu sabia que eu ia morrer, entendeu? Eu estava disposto a qualquer coisa, eu lembro que comprei a passagem sobrou 5 real, era a noite, 20h horas da noite, e eu não consegui viajar porque não tinha RG, eu não consegui entrar no ônibus.” [...] “Eu não sabia o que eu fazia, aí eu fui lá, troquei no guichê para o dia seguinte cedo. Aí, resumindo, eu tive que ir na delegacia fazer um B.O falar que eu fui roubado, depois procurei um setrem que eles me indicaram para mim dormir, acordei cedinho e fui pegar o ônibus, e aí comecei uma nova vida.” “[...] Cheguei na casa da minha prima, minha prima estava na igreja, os irmãos da igreja tava lá, pastor, e me perguntaram se eu queria mudar minha vida, cortar meu cabelo tudo, e eu estava disposto aquilo, cortei meu cabelo comecei ir para igreja”. [...] “na minha prima era bem pobrezinhos lá, sabe? E a igreja ajudava a gente com cesta básica, eu tinha que voltar a fazer meus acompanhamentos na rua com médico, viajava com ônibus, precisava de dinheiro, passagem, para comer um salgadinho e a igreja me ajudava, me fez bem, trouxe minha família de volta, a igreja trouxe aquela base que eu precisava (Girassol).

Nessa trajetória se dá a vida de Girassol, uma trajetória de negações de direitos desde sua infância, de abandono da família, das políticas sociais de proteção social, de rupturas de vínculos em grande parte da sua vida, de sobrevivência às margens da sociedade, o que me faz pensar que o descaso do governo perante essas pessoas, a falta de políticas públicas que olhem para as egressas do sistema prisional, que rompa com esse ciclo de marginalização que são submetidas para sobreviver. Não menos importante é o posicionamento social frente à marginalização e exclusão das minorias transexuais, como pudemos observar o controle que a igreja exerce sobre os corpos e mentes, se utilizando da benevolência como moeda de troca para o controle de pessoas em situação de risco social e de sexualidades dissidentes da cisheteronormatividade

[...] Minha tia me aceitou de volta com as minhas primas mas ainda com receio do restante da família, tipo assim, ah agora você está acobertando depois de tudo que ele fez lá atrás, então eu não tinha aquele apoio todo da família, era só dessa tia, sabe, que pra mim era muito importante, porque ela já me criou, aí eu comecei a trabalhar no pesqueiro, sabe porque eu sou uma pessoa que eu gosto muito de trabalhar Então eles foram vendo meu jeito, minha prima foi vendo meu jeito, foi me me ajudando, me dando dinheiro até que eu consegui a ter a minha primeira casa, alugar minha primeira casa na minha vida, coisa que nem minha mãe teve, você entendeu, que a minha tia chorou dia que ela viu, ela falou nossa mãe, nem sua mãe teve uma casa e eu tinha a minha casinha”. Só o que acontece, a igreja me ajudou muito, hoje posso dizer que eu não uso mais química, sabe? não bebo mais bebida alcoólica como eu bebia. Então em cima de tudo isso que eu passei, só que é aquela coisa assim, como eu falei, eu fui morar em Santa Rosa, né, com a minha prima, então minha vida era igreja, serviço, casa, igreja, serviço, casa. Aí eu fiquei sabendo de um de um esporte, que tinha numa quadra que o pessoal podia jogar vôlei, e eu gosto de vôlei, né, eó que sabe vôlei tem bastante homossexual, aí eu comecei a jogar vôlei, minha prima me apoiou porque ela sabe que eu gostava de jogar. Eu trabalhava, eu ia jogar vôlei, comecei a fazer amizade com homossexuais, sabe. “Eu trabalhava num pesqueiro, final de semana pesqueiro lotado, cheio de gente, sabe, e foi aonde eu cheguei na, aí foi aonde eu comecei a conhecer meus amigos gay de novo, onde tive a oportunidade de voltar com a minha artista. E eu lembro também que eu tinha saído do pesqueiro, porque eu tinha conseguido um serviço registrado lá em Santa Rosa, num mercado de frios, quando eu trabalhava no pesqueiro, não era registrado eu trabalhava pra minha prima, e o dono viu o meu trabalho, gostou e me contratou, foi onde eu tive meu registro.” [...] Sabe, então assim, sabe, a igreja me ajudou muito, mas como eu falei, fui fazer o show e em cima desse *show*, internet, né? Minha prima viu, minha prima chegou em mim e conversou comigo, minha família não, essa família por parte de mãe eles querem ser tão certo, tão certo que acabam sendo errado, aí ela me perguntou, eu falei a verdade, eu falei, não, eu gosto, eu amo levar a arte cômica. Olha, eu quero morrer fazendo isso, sabe? E eu falei para ela, expliquei para ela, ela entendeu, mas ela falou que era bom

eu não fazer por causa da família por causa da tia, por causa disso, daquilo eu no começo eu aceitei mais ou menos, sabe? E aí foi até que um dia eu fui fazer um show e tal e tal, minha família, minha tia viu, Olha, eles acabaram comigo, eu escutei muita coisa da minha família, acabaram comigo, aí depois daquilo, eu perdi minha família, vim para Ribeirão Preto, e como Deus é tão bom na minha vida, porque depois que eu vim para Ribeirão Preto, eu sempre trabalhei, arrumava serviço registrado, e independente que eu saí da igreja eu não quis voltar mais pra prostituição, porque eu quis ser o que eu sou hoje, um homossexual, que trabalha e que depois de quatro anos, eu voltei com a minha artista *drag queen* (Girassol).

A aceitação da família perante quem ele é e perante todas as mulheres trans e travesti, nada mais é que o reflexo de uma sociedade binária, cisheteronormativa que empurra para as margens da vida, que mata e deixam-nas morrer.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, buscou-se discutir a transversalidade dessas temáticas de gênero, sexo, classe, território e a violação dos direitos humanos mais fundamentais. Para a análise, além da pesquisa bibliográfica, também se valeu da pesquisa empírica com uma entrevista semiestruturada a partir da qual foi possível conhecer a história de vida de uma pessoa que ao vivenciar a sua sexualidade enfrentou e enfrenta inúmeras dificuldades, privações e violências. Trata-se de uma história marcada por abandono de políticas sociais e familiares, de ruptura de vínculos, de aprisionamento e de uso de substâncias psicoativas.

Nesse sentido podemos dizer que corpos denominados travestis são considerados abjetos, que sobrevivem dimensões específicas de vulnerabilidade, que são empurradas para as margens, do desemprego e a pobreza, para economias diretas e indiretamente criminalizadas, como a prostituição e o tráfico de drogas tornando-se alvo de um sistema punitivista. O sistema penitenciário, e a permanente crise que se discute desde que o encarceramento passou a ser utilizado como estratégia central de punição e de controle social, quando pensamos nos inúmeros problemas da prisão e do aprisionamento, deve ser pensado não somente para analisar as políticas voltadas para população LGBTQIA+, como alas exclusivas, acesso a hormônios, nome social, mas também as políticas gerais, pois os mesmos homens que matam, maltratam travestis são presos nesses mesmos espaços insalubres, superlotados, violentos e transfóbicos.

Neste estudo, verifica-se também a importância das políticas sociais, das equipes multiprofissionais, especialmente, do Serviço Social em desenvolver atividades sócio educativas, de acolhimento, de orientação e de acompanhamento que visem o fortalecimento das pessoas atendidas e dos vínculos familiares e comunitários. Defende-se aqui, o maior aprofundamento da temática de gênero nos cursos universitários, de graduação do Serviço Social ou outros, mas também nos cursos de formação continuada. Ao tratar da violação de direitos é preciso discutir a sociedade heteronormativa, de como essa impõe sérias restrições e até mesmo violência às pessoas que contrariam a cisheteronormatividade, as quais são excluídas do convívio dos grupos familiares, tal como vivenciado por Girassol,

acabam, pois, no círculo vicioso da prostituição, tráfico e maior exposição à toda forma de violência.

Compreende-se que a temática de gênero não deve ser tratada de forma abstrata, as políticas sociais devem considerar os processos de exclusão que se efetivam a partir das relações de gênero, guiadas pela cisheteronormatividade, resultando em inúmeras violações de direitos, exclusão e violência.

Ademais, essa temática – gênero – embora já tenha alçado alguns avanços na política de assistência social, como se verifica na criação de serviços especializados à violência doméstica, tais como: Núcleos de Atendimento à Mulher - NAM, Centros de Referência de Atendimento à Mulher - CRAM e Casas Abrigos Regionais da Mulher, mas ainda pouco se fala ou faz para a mulher trans ou corpos dissidentes, sendo esse um grande desafio para o serviço social.

REFERÊNCIAS

ANITUA, G. I. **Histórias dos pensamentos criminológicos**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. Trad.: Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2019.

BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. B. (Orgs). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2020. 80p.

BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim (Orgs). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021.

BITENCOURT, C. R. **Falência da Pena de Prisão: causas e alternativas**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social/Conselho Nacional de Assistência Social. **Resolução conjunta, nº 1, de 21 de setembro de 2018**. Estabelece parâmetros para a qualificação do atendimento socioassistencial da população LGBT no Sistema Único da Assistência Social - SUAS. Brasília: Diário Oficial da União, 2018.

BREMBATTI, K. Bolsonaro será julgado no STJ por declaração homofóbica de dez anos atrás. **CNN Brasil**, Brasil, 14 setembro 2021. Disponível em: Bolsonaro será julgado no STJ por declaração homofóbica de dez anos atrás | CNN Brasil Acesso em: 20 jan. 2022.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAMURÇA, Silvia. 'Nós Mulheres' e nossa experiência comum. **Cadernos de Crítica Feminista**, Número 0, Ano I, Recife: SOS CORPO, 2007. Disponível em: https://soscorpo.org/wp-content/uploads/NosMulheres_e_nossaexperiencia comum_SilviaCamurca2007.pdf. Acesso em: 01 dez. 2021.

CARNEIRO, Sueli. Gênero, raça e ascensão social. **Estudos Feministas**, 2º semestre 95. p. 544-552. Disponível: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2015/05/G%C3%AAnero-ra%C3%A7a-e-ascen%C3%A7%C3%A3o-social.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2021.

DUARTE, J. F. **DESPOSSUÍDAS DO SÉCULO XXI: MULHERES NO MERCADO DE DROGAS NO BRASIL NA ÚLTIMA DÉCADA (2006-2016)**. 2019. Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. 219p.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2015**. Disponível em: http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL_21.10.19.pdf. Acesso em: 24 abr. 2019.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 48 ed. rev. — São Paulo: Global, 2003. Disponível em: https://edisiplinas.usp.br/pluginfile.php/229395/mod_resource/content/1/Gilberto%20Freyre%20-%20Casa-Grande%20e%20Senzala%20%281%29.pdf. Acesso em: 01 dez. 2021.

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs**, 1984, p. 223-244. Disponível em: https://edisiplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%20-%20A%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf. Acesso em: 14 dez. 2021.

LATINO, Frame. Close – Documentário/LGBT – 12 anos – 2016 – **Site YouTube**, 14 jun. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NZAzJXGewHo>. Acesso em: 15 dez. 2021.

MARINHO, S. Serviço social e população trans: um debate sobre questão social e suas expressões na cena contemporânea. **Revista Serviço Social em Perspectiva Montes Claros**, v.1, n.1, jan/jun-2017. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/> acesso: 16 jan. 2022.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaios**, Revista do PPGAV/EBA/UFRJ, n. 32, dezembro de 2016, p. 123-151.

MELOSSI, D.; PAVARINI, M. **Cárcere e fábrica: As origens do sistema penitenciário (séculos XVI – XIX)**. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

REDE TRANS BRASIL. **Dossiê: a geografia dos corpos das pessoas trans**. Brasil, 2017. Disponível em: <http://redetransbrasil.org.br/wp-content/uploads/2019/01/A-Geografia-dos-Corpos-Trans.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2021.

SAFFIOTI, H. I. B. **O poder do macho**. 11ª impressão. São Paulo: Moderna, 2001.

SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAKAMOTO, F. M.; CABRAL, L. **Transviados no cárcere**: um retrato de LGBTs no sistema penitenciário. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo) – Faculdade Cásper Líbero, 2018.

SOARES, I. Bolsonaro faz comentário homofóbico e diz que PT incentivou sexualização. **EM**, Minas, 24 março 2021. Disponível em: Bolsonaro faz comentário homofóbico e diz que PT incentivou sexualização - Política - Estado de Minas. Acesso em: 20 jan. 2022.

VIMEO. Fred Bottrel: “**A Ala**”. Disponível em: A ala on Vimeo. Acesso em: 15 dez. 2021.

ZAFFARONI, E. R. **Em busca das penas perdidas**: a perda de legitimidade do sistema penal. Tradução de Vânia Romano Pedrosa e Amir Lopes da Conceição. 4. ed. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

VERGÈS, F. **Um feminismo decolonial**. São Paulo: Ubu, 2020.